

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E BEM-ESTAR SOCIAL:
ESTRATÉGIAS PARA A POLÍTICA SOCIAL DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP

2005

**CADERNO DE
PESQUISA
Nº 73**

Sônia Miriam Draibe¹

Pedro Luiz Barros Silva²

Geraldo Biasoto Junior³



-
- 1 Professora e investigadora do Instituto de Economia e do NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP, Brasil.
 - 2 Professor do Instituto de Economia e Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.
 - 3 Professor do Instituto de Economia e Coordenador Associado do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.

Sumário

Parte I - A situação social do Estado de São Paulo	03
1.1. O perfil social dos paulistas	04
1.2. Um progresso social desigual: indicadores regionais e intra-regionais da situação social do Estado	05
1.2.1. Demografia	05
1.2.2. Educação	09
1.2.3. Saúde	15
1.2.4. Habitação e Infra-Estrutura Urbana	18
1.2.4.1. São Paulo no contexto nacional dos indicadores de habitação e infra-estrutura urbana	18
1.2.4.2. A situação do Estado de São Paulo e suas Regiões Administrativas ..	19
1.2.5. Renda, Emprego e Pobreza	30
1.2.6. Violência	40
Parte II - Síntese e recomendações	43
2.1. Brechas de Equidade Social: os mais significativos déficits sociais segundo as regiões administrativas do Estado de São Paulo	44
2.1.1. O déficit social segundo áreas de maior incidência	45
2.2. Brechas de Equidade Social: os mais significativos déficits sociais segundo a análise intra-regional	47
2.2.1. Uma síntese das carências regionais e intra-regionais	50
2.2.2. Principais questões em cada região administrativa	54
Anexos	60

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta de modo sintetizado, as diretrizes e principais argumentos que sustentam a visão e as propostas de política social para o Estado de São Paulo, nos horizontes de médio e longo prazo.

O Estado de São Paulo já alcançou, reconhecidamente, níveis elevados de desenvolvimento econômico e social, bem acima das médias nacionais, praticamente equiparando-se aos níveis demonstrados pelos países mais desenvolvidos da América Latina.

Respondendo em 2.000 por aproximadamente de 40,62 % do Produto Interno Bruto brasileiro, e registrando um PIB nominal per capita de US\$ 9,29 mil contra U\$ 5,88 mil registrado para o Brasil em 1999, o Estado de São Paulo apresenta também significativos indicadores de progresso social. Já o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,814, tal como medido pelo IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD em 2000, situa-o na classe de alto desenvolvimento humano, juntamente com países como a Costa Rica (0,820), o Chile (0,831), a Argentina (0,844) e superando o México (0,796).

Entretanto, há ainda um bom caminho a andar, em direção ao progresso social, em direção aos mais altos níveis de desenvolvimento humano sustentado que almeja e admite a sociedade paulista.

PARTE I

A SITUAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelando-se à tradição da análise demográfica, pode-se caracterizar a situação do Estado de São Paulo, nestes primeiros anos do Século XXI, como uma *situação de transição social*, entendendo-se por isto um Estado que combina boas situações de bem-estar com alguns indicadores de condições básicas de vida ainda muito insuficientes.

Tal caracterização é pertinente tanto para o Estado como um todo quanto para suas 15 regiões administrativas. Também no interior de cada uma delas, verifica-se tal dicotomia, mas é possível vê-la repetir-se no interior dos próprios municípios, mesmo quando alguns deles encontram-se em regiões cujos indicadores registram bons níveis progresso social.

O que significa, na verdade, uma tal *situação de transição social*? Muito simplesmente, pode-se dizer que significa ou retrata dois fenômenos, que desafiam o futuro próximo.

O primeiro, e muito positivo, é o fato de que, no plano do progresso social, o Estado de São Paulo encontra-se amadurecido e prestes a dar o *grande salto*, entendendo-se por isto o

afastar-se quase que definitivamente das carências absolutas em matéria de condições básicas de vida.

O segundo, e bastante negativo, é o fato de que ainda há diferenças sociais básicas que dividem os paulistas, registrando um *nível intolerável de desigualdade* exatamente em matéria de condições sociais básicas da população.

Eliminar as mais gritantes desigualdades das condições básicas de vida e dar o grande salto nos níveis do progresso social constituem os eixos maiores que haverão de orientar a ação do governo estadual nos próximos anos.

O diagnóstico social apresentado nesta Parte II do presente documento tem por objetivo destacar exatamente estes dois vetores do estado social do nosso Estado, segundo as particularidades regionais e intra-regionais.

1.1. O Perfil Social dos Paulistas

O progresso social do Estado, nas duas últimas décadas, foi acentuadíssimo, em que pesem as oscilações do nível de renda resultantes de fatores nacionais de ordem macroeconômica assim como do comportamento do mercado de trabalho.

Com efeito, ao considerarmos os indicadores sociais do quadro abaixo, poderíamos retratar o residente típico atual do Estado como uma mulher ou um homem jovem, entre 20 e 39 anos, com escolaridade de nível médio (principalmente os mais jovens), residente nas cidades e morador de domicílio digno. Seus filhos, ao nascer, enfrentam um risco razoavelmente baixo de mortalidade infantil e uma taxa de esperança de vida beirando os 71 anos.

Perfil social da população paulista

- 51 % são mulheres e 49 % são homens
- 93,4 % vivem na zona urbana e 6,6 % na zona rural
- 44% têm entre 15 e 39 anos, enquanto 26% têm menos de 14 anos
- mais de um terço das crianças freqüentam o ensino infantil, enquanto 98,5% o fundamental e 89,5% o ensino médio.
- 65% dos que têm entre 15 e 19 concluíram pelo menos o ensino fundamental e, enquanto 46% dos que têm entre 20 e 24 anos concluíram pelo menos o ensino médio
- na população total, cerca de 64% têm o ensino fundamental , enquanto 55% têm o ensino médio
- a taxa de mortalidade infantil é de 16,8 por 1000 nascidos vivos (1999/2001), e a de mortalidade neonatal está em torno a 18,53 por 1000 nascidos vivos (1999/2001)
- a esperança de vida é de 75 anos para mulheres e de 66 anos para homens (1998-SEADE)
- 99% dos domicílios urbanos contam com coleta adequada de lixo; 96% com tratamento adequado de água e 92% com coleta adequada de esgoto (2000)

É verdade que do ponto de vista da renda, uma proporção significativa das famílias paulistas – aproximadamente 20% em 2000 - registram rendimentos muito baixos, de até dois salários mínimos. Mais grave ainda, concentram-se nestas famílias cerca de 21% das crianças e jovens com até 14 anos de idade.

É também verdade que os indicadores do mercado de trabalho são pouco positivos.

Entretanto, os indicadores sociais mostram que, ainda em condições adversas de emprego e de renda, a situação social da população paulista é boa e, mais ainda, registrou acentuada melhora na última década.

O significado desses indicadores é insofismável: para além do dinamismo da economia paulista, mesmo em anos difíceis e de indiscutível crise da administração pública, seu comportamento positivo deveu-se e deve-se ao indispensável papel do investimento social público, no qual o correspondente esforço do governo estadual ocupa papel decisivo.

Revelam eles também um dinamismo de desenvolvimento social que poderíamos qualificar como sustentado, uma vez que são efetivamente as gerações mais jovens as que contabilizam os melhores indicadores de saúde e de educação.

Mas os indicadores sociais do Estado mostram ainda mais. Revelam uma ampla e sólida base que, sem nenhuma dúvida, pode sustentar, no futuro próximo, o salto social em direção a níveis muito mais altos de desenvolvimento humano, principalmente no que diz respeito à complementação da universalização dos serviços sociais básicos e à decidida melhora de qualidade de suas prestações.

Ora, uma das condições desse salto é a rápida correção das desigualdades sociais que ainda marcam fortemente os paulistas e que, como sabemos, escondem-se por trás das médias ou das situações típicas.

Vejamos algumas dessas socialmente inaceitáveis diferenças, examinando as características regionais e intra-regionais do desenvolvimento social do Estado.

1.2. Um Progresso Social Desigual: Indicadores Regionais e Intra-Regionais da Situação Social do Estado⁴

1.2.1. Demografia

A dinâmica demográfica do Estado de São Paulo para estes primeiros anos do Século XXI deverá indicar o avanço da população para 42,7 milhões de pessoas, crescimento de 15,6%

4 Utilizamos neste trabalho como unidade de análise o município e as agregações por Região Administrativa. Essa opção se deveu à facilidade de obtenção de informações.

frente aos 37 milhões de paulistas de 2000. A taxa de crescimento anual, confirmadas as expectativas, será de 1,46%.

A dinâmica regional de crescimento não deverá ser, de forma alguma, homogênea. Das 15 regiões administrativas, 4 deverão superar a média de crescimento estadual e outras quatro deverão estar abaixo dela. As outras 7 regiões deverão ter crescimento próximo da média estadual.

A amplitude das variações de crescimento regional deverá ter, na ponta inferior, de 0,83% e 0,88% ao ano, para Presidente Prudente e Araçatuba, respectivamente. Enquanto na situação de crescimento mais intenso deverão estar Sorocaba (1,93%) e Santos (1,89%). O crescimento superior à média da RA de Campinas e a expectativa de crescimento inferior da RA Metropolitana de São Paulo, deverá reduzir a distância entre as duas mais populosas regiões do Estado.

Tabela 1
Taxa Anual de Crescimento Populacional (%)
2000 e 2010 (1° de Julho)

Estado e Região Administrativa	População Total		Taxa Anual de Crescimento Populacional 2000/10 (%)	Grau da Taxa Anual de Crescimento Populacional em relação ao Estado
	2000	2010		
Estado de São Paulo	36.974.378	42.733.457	1,46	-
RA Central	853.866	989.746	1,49	Médio
RA de Araçatuba	672.572	734.350	0,88	Baixo
RA de Barretos	394.835	439.315	1,07	Baixo
RA de Bauru	955.486	1.094.898	1,37	Médio
RA de Campinas	5.383.260	6.404.660	1,75	Alto
RA de Franca	639.463	752.520	1,64	Médio
RA de Marília	886.735	1.001.769	1,23	Baixo
RA de Presidente Prudente	787.561	855.785	0,83	Baixo
RA de Registro	265.348	308.112	1,51	Médio
RA de Ribeirão Preto	1.058.652	1.227.521	1,49	Médio
RA de Santos	1.473.912	1.777.132	1,89	Alto
RA de São José do Rio Preto	1.297.799	1.481.080	1,33	Médio
RA de São José dos Campos	1.988.498	2.374.012	1,79	Alto
RA de Sorocaba	2.463.754	2.982.910	1,93	Alto
Região Metropolitana de São Paulo	17.852.637	20.309.647	1,30	Médio

Fonte: Fundação SEADE

A dinâmica demográfica indica, também, uma forte tendência de redução participação da população menor de 14 anos e incremento da participação percentual dos idosos na população total. Para o Estado, o percentual de menores de 14 anos deve cair de 26,3%,

em 2000, para 23,25%, em 2010. A relação entre a população de idosos (mais de 64 anos) e a faixa etária de 15 a 64 anos deve subir, de 9,05%, em 2000, para 10,28%, em 2010.

A mesma tendência de queda da participação da população menor de 14 anos deverá se reproduzir em todas as regiões. Nas Regiões de Araçatuba, Barretos e Registro, a queda será superior a 5 pontos percentuais, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo, esta redução se limitará a 1,8 ponto percentual. Se as expectativas se confirmarem, em 2010, apenas a Região de Registro terá participação de menores de 14 anos mais elevada que a Região Metropolitana.

A tendência de crescimento da relação entre idosos e a população de 15 a 64 anos também deve se verificar em todas as regiões administrativas, mas apenas em Presidente Prudente e Araçatuba, este coeficiente será ampliado em mais que dois pontos percentuais. A confirmação das estimativas fará com que a RA de Araçatuba passe a ocupar o primeiro posto, que em 2000 foi da RA de São José do Rio Preto, com 13,72%. Vale a pena notar que a Região Metropolitana de São Paulo será o segundo menor coeficiente (9,90), perdendo apenas para São José dos Campos.

Tabela 2
Participação da População por Grupos Etários Selecionados

Estado e Região Administrativa	Percentual da População com menos de 14 anos sobre o Total 2000	Percentual da População com mais de 65 anos sobre a faixa 15 a 64 anos 2000	Percentual da População com menos de 14 anos sobre o Total 2010	Percentual da População com mais de 65 anos sobre a faixa 15 a 64 anos 2010
Estado de São Paulo	26,31	9,05	23,25	10,28
RA Central	25,15	10,82	20,53	11,74
RA de Araçatuba	24,5	11,08	19,46	13,17
RA de Barretos	26,05	11,23	20,62	12,41
RA de Bauru	25,45	11,34	21,29	11,99
RA de Campinas	25,75	9,47	21,73	10,41
RA de Franca	27,12	9,23	22,89	10,83
RA de Marília	25,69	11,73	21,01	12,92
RA de Presidente Prudente	25,52	11,7	20,79	13,72
RA de Registro	32,23	9,69	27,11	10,94
RA de Ribeirão Preto	26,23	9,79	21,86	10,88
RA de Santos	25,88	10,47	22,94	11,14
RA de São José do Rio Preto	23,47	11,88	18,84	13,69
RA de São José dos Campos	27,6	7,96	23,4	9,05
RA de Sorocaba	28,43	9,4	24,03	9,9
Região Metropolitana de São Paulo	26,41	8,04	24,62	9,44

Fonte: Fundação SEADE.

A despeito dessa queda de participação da população menor de 14 anos na população total, até 2010 verifica-se ainda um crescimento de seu número absoluto em algumas regiões do Estado e a queda não é muito expressiva. Isso significa que os municípios não deixam de

estar obrigados a estruturar-se para continuar prestando os serviços sociais destinados a essa faixa etária. Ao mesmo tempo, a população de mais de 65 anos cresce de forma significativa tornando as necessidades de atendimento específicas para essa faixa etária mais urgentes.

Tabela 3
Estimativa da População Residente 2000 E Projeção População Residente 2010

Estado, Região Administrativa e Municípios	População Total					
	Estimativa - População até 14 anos	Projeção - População até 14 anos	Varição - Estimativa - Projeção - População até 14 anos (%)	Estimativa - População mais de 65 anos	Projeção - População mais de 65 anos	Varição - Estimativa - Projeção - População mais de 65 anos (%)
Estado de São Paulo	9.727.558	9.933.410	2,12	2.260.950	3.058.215	35,26
RA Central	214.727	203.192	-5,37	62.407	82.648	32,43
RA de Araçatuba	164.754	142.910	-13,26	50.640	68.845	35,95
RA de Barretos	102.854	90.599	-11,91	29.480	38.492	30,57
RA de Bauru	243.205	233.128	-4,14	72.570	92.289	27,17
RA de Campinas	1.386.036	1.391.687	0,41	345.918	472.801	36,68
RA de Franca	173.394	172.286	-0,64	39.402	56.698	43,90
RA de Marília	227.829	210.472	-7,62	69.191	90.556	30,88
RA de Presidente Prudente	200.950	177.877	-11,48	61.432	81.768	33,10
RA de Registro	85.509	83.526	-2,32	15.889	22.143	39,36
RA de Ribeirão Preto	277.712	268.281	-3,40	69.610	94.121	35,21
RA de Santos	381.489	407.679	6,87	103.502	137.217	32,57
RA de São José do Rio Preto	304.530	279.043	-8,37	105.467	144.748	37,24
RA de São José dos Campos	548.728	555.564	1,25	106.209	150.861	42,04
RA de Sorocaba	700.489	716.794	2,33	151.512	204.218	34,79
Região Metropolitana de São Paulo	4.715.352	5.000.372	6,04	977.721	1.320.810	35,09

Fonte: Fundação SEADE.

Nesse sentido, o crescimento da população até 14 anos se dará exclusivamente em 4 regiões administrativas: Santos (6,87%), Metropolitana de São Paulo (6,04%), Sorocaba (2,3%) e São José dos Campos (1,2%). As regiões de Campinas e Franca permanecem com o número de crianças até 14 anos, praticamente inalterado. Nas demais ocorrem quedas, em muitas delas bastante significativas.

A população idosa, ao contrário, apresenta um crescimento em números absolutos expressivo no conjunto do Estado e em todas as regiões é superior a 25%, atingindo mais de 40% em São José dos Campos e Franca e mais de 30% nas outras regiões à exceção de Bauru.

As variações na população masculina são maiores do que na feminina na população até 14 anos nas regiões onde há crescimento do número absoluto de crianças. No caso da população idosa o crescimento da população feminina é sempre maior.

1.2.2. Educação

O Estado possui uma taxa de analfabetismo de 6,64% no grupo etário de mais de 15 anos. Essa taxa é especialmente condicionada pelos maiores de 50 anos. Nas situações regionais, Registro (11,8%) e Presidente Prudente (10,5%) são as que apresentam os maiores percentuais de analfabetos nesse grupo etário. Vale notar que Registro é a região com pior situação em faixas etárias mais jovens, como será analisado posteriormente.

Tabela 4

Taxa de Analfabetismo da População Total de 15 Anos e Mais, por Grupos de Idade - 2000

Estado e Região Administrativa	15 anos e mais	15 a 19 anos	15 a 24 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos e mais
ESTADO DE SÃO PAULO	6,64	1,41	1,77	2,15	2,89	4,05	5,95	11,18	22,30
RA de Araçatuba	9,23	1,38	1,65	1,94	2,51	3,39	6,36	15,00	33,95
RA de Barretos	8,69	1,64	2,12	2,65	3,60	4,59	6,53	13,73	28,11
RA de Bauru	8,01	1,52	1,87	2,23	2,94	4,02	6,10	13,02	26,75
RA de Campinas	6,71	1,36	1,71	2,08	2,67	3,68	5,62	11,34	23,42
RA de Central	7,79	1,44	1,85	2,28	3,28	4,25	6,13	12,42	25,83
RA de Franca	7,91	1,63	2,21	2,82	3,57	4,20	6,52	13,00	27,32
RA de Marília	9,28	1,52	1,81	2,11	2,87	4,21	7,01	14,89	31,47
RA de Presidente Prudente	10,53	1,26	1,75	2,28	2,99	4,11	7,27	17,53	37,13
RA de Registro	11,84	2,33	2,99	3,76	4,58	6,55	11,79	21,95	37,26
RA de Ribeirão Preto	6,96	1,51	1,99	2,49	3,36	4,42	5,68	10,80	22,75
RA de Santos	6,27	1,51	1,98	2,46	3,47	4,86	6,79	10,52	14,56
RA de São José do Rio Preto	9,27	1,34	1,74	2,16	2,68	3,40	6,16	13,90	32,97
RA de São José dos Campos	6,22	1,41	1,69	2,00	2,60	3,54	5,19	10,74	23,97
RA de Sorocaba	8,10	1,68	2,12	2,61	3,47	4,78	7,22	13,90	27,02
Reg. Metropolitana de São Paulo	5,57	1,34	1,68	2,01	2,80	4,05	5,65	9,50	17,35

Fonte: Fundação SEADE.

As taxas de analfabetismo na população rural são bastante diferenciadas, quando enfocadas regionalmente. Na população de maiores de 15 anos, a média estadual é de 12,4%, mas as RA de Registro (19%), Santos (16,5%) e São José dos Campos (15,3%) apresentam percentuais bem superiores. Ao contrário, a RA Metropolitana apresenta indicador de apenas 9,4%. Nas três regiões em piores condições, a situação que mais chama atenção é a grande incidência do analfabetismo na população rural e na faixa de 30 a 49 anos de idade.

Tabela 5

Taxa de Analfabetismo da População Rural de 15 Anos e Mais, por Grupos de Idade - 2000

Estado e Região Administrativa	15 anos e mais	15 a 19 anos	15 a 24 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos e mais
ESTADO DE SÃO PAULO	12,38	2,51	3,38	4,35	5,93	8,40	13,02	23,38	39,29
RA de Araçatuba	12,88	1,66	2,30	3,01	4,17	6,01	10,88	21,98	38,91
RA de Barretos	11,74	1,67	2,64	3,72	5,70	8,45	10,56	21,02	34,39
RA de Bauru	13,31	2,50	3,62	4,66	6,48	9,13	14,16	23,65	36,15
RA de Campinas	12,73	2,65	3,57	4,60	6,17	8,71	13,25	22,93	36,55
RA de Central	12,34	1,83	3,03	4,34	5,84	8,74	12,18	22,25	35,67
RA de Franca	11,85	2,47	3,77	5,30	7,24	8,73	11,75	20,23	32,10
RA de Marília	13,34	2,31	2,96	3,67	5,29	8,56	13,49	23,53	39,55
RA de Presidente Prudente	13,20	1,55	2,41	3,31	4,71	6,51	11,83	24,42	43,54
RA de Registro	18,96	3,90	5,26	6,90	9,12	13,01	21,99	35,38	49,30
RA de Ribeirão Preto	11,85	2,24	3,29	4,62	6,73	9,06	12,64	19,81	32,19
RA de Santos	16,54	5,98	7,66	9,31	9,46	15,45	18,18	25,20	36,70
RA de São José do Rio Preto	12,37	1,79	2,58	3,44	4,48	5,38	9,45	18,82	39,26
RA de São José dos Campos	15,29	3,23	4,28	5,44	6,85	9,63	15,69	28,47	44,21
RA de Sorocaba	14,38	3,05	4,05	5,20	7,21	10,13	15,35	25,34	40,32
Reg. Metropolitana de São Paulo	9,42	2,26	2,97	3,71	5,24	7,64	11,58	21,23	38,32

Fonte: Fundação SEADE.

A educação infantil apresenta uma taxa de atendimento de 31,1% no Estado. Na análise regional, as situações são extremamente diferenciadas. Quatro regiões têm atendimento classificado como alto, enquanto outras quatro situam-se bem abaixo da média. As demais regionais estão próximas da média estadual de atendimento. Individualmente, vale destacar a RA de Marília com a maior taxa de atendimento, com 42,6%. Na outra ponta a RA de Registro tem a menor cobertura (20%).

A situação municipal é ainda mais heterogênea. Visando exemplificar essa heterogeneidade podemos dividir os municípios do Estado em quatro grandes grupos: existe um conjunto de municípios onde o nível de atendimento é menor do que a metade da média estadual, variando esses níveis de atendimento de 1,2% da população na faixa etária em Pirangi até 15% em Buri. Um segundo grupo de 237 municípios, atende crianças em níveis maiores: entre a metade da média e a média do atendimento estadual, tal como Santa Mercedes (15,2%) até Ocaçu (31,1%). O terceiro grupo reúne os municípios que estão acima da média do atendimento estadual atingindo até 50% das crianças entre 0 a 6 anos, ou seja, um grupo de 317 localidades que inclui desde Valparaíso com 31,2% de atendimento até Bady Bassit, Serra Negra e Balbinos com 50%. Finalmente, o grupo de municípios que atende mais de 50%, composto de 52 municípios reunindo desde Barra Bonita com 50,2% até Águas de São Pedro, único que atende a totalidade das crianças na faixa etária.

Tabela 6

Taxa de Atendimento da População de 0 a 6 Anos na Educação Infantil - 2000

Estado e Região Administrativa	Taxa de Atendimento	Grau da Taxa de Atendimento em relação ao Estado
Estado de São Paulo	31,1	-
RA Central	41,88	Alto
RA de Araçatuba	39,98	Alto
RA de Barretos	30,77	Baixo
RA de Bauru	40,82	Alto
RA de Campinas	34,09	Médio
RA de Franca	31,43	Médio
RA de Marília	42,63	Alto
RA de Presidente Prudente	32,97	Médio
RA de Registro	19,99	Baixo
RA de Ribeirão Preto	32,90	Médio
RA de Santos	31,33	Médio
RA de São José do Rio Preto	39,44	Médio
RA de São José dos Campos	28,29	Baixo
RA de Sorocaba	30,81	Médio
Reg. Metropolitana de São Paulo	28,34	Baixo

Fonte: Secretaria de Estado da Educação/Centro de Informações Educacionais - CIE; Fundação SEADE.

O Estado de São Paulo vem apresentando melhorias nos indicadores de escolarização e em suas taxas de atendimento no Ensino Fundamental e no Médio, no período 1994 – 2000. Ainda assim, propiciar o acesso e permanência a toda e qualquer criança em cada município do Estado no ensino fundamental deve ser uma preocupação, dado que em algumas municipalidades essa não é ainda uma realidade. Com base nos dados de atendimento para o ensino fundamental, ainda não disponíveis, poderiam ser indicados os municípios onde esse esforço deverá ocorrer.

No Ensino Médio, a universalização requer um esforço muito mais significativo dado que, a taxa de escolarização líquida permanece inferior a 55% e a taxa de atendimento da população da 15 a 17 anos é de 89% para o conjunto do Estado, o que significa uma taxa de atendimento exclusiva no ensino médio ainda menor, pois uma parte da população nessa faixa etária ainda freqüenta o ensino fundamental.

Tabela 7

Taxa de Escolarização e de Atendimento por Nível de Ensino – 1994/2000

Ano	Taxa de Escolarização				Taxa de Atendimento	
	Ensino Fundamental		Ensino Médio		7 a 14 anos	15 a 17 anos
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida		
1994	113,2	95,4	66,5	33,1	96,9	77,1
2000	115,8	97,3	97,6	54,7	98,5	89,0

Fonte: MEC/INEP.

A população com ensino fundamental inconcluso no Estado de São Paulo soma 36,56%. No caso do ensino médio, o indicador semelhante mostra ausência de conclusão para 44,8% da população.

Nos dois casos, a Região Metropolitana de São Paulo tem situação muito melhor que a média. No caso do ensino fundamental, 33,7%, enquanto no caso do ensino médio 42,7%. Os casos mais problemáticos são os da RA de Registro, no ensino fundamental, com 43% e de São José do Rio Preto e Barretos, no ensino médio, com mais de 49%.

Tabela 8**População sem conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio**

Estado e Região Administrativa	Percentual das Pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental sobre a População Total	Percentual das Pessoas que não concluíram o Ensino Médio sobre a População Total
Estado de São Paulo	36,56	44,77
RA Central	39,39	47,30
RA de Araçatuba	40,43	47,96
RA de Barretos	42,91	49,04
RA de Bauru	40,20	47,49
RA de Campinas	38,64	46,90
RA de Franca	42,16	48,20
RA de Marília	41,10	47,83
RA de Presidente Prudente	40,71	47,54
RA de Registro	43,00	46,91
RA de Ribeirão Preto	38,34	45,49
RA de Santos	35,35	44,36
RA de São José do Rio Preto	42,53	49,25
RA de São José dos Campos	34,73	43,26
RA de Sorocaba	41,40	47,46
Região Metropolitana de São Paulo	33,70	42,68

Fonte: Fundação SEADE.

Em função da não disponibilidade dos dados de escolarização e atendimento por município para o ensino fundamental e médio, optou-se por analisar algumas das variáveis disponíveis no censo de 2000 e utilizadas pela Fundação SEADE para a elaboração do Índice Paulista de Responsabilidade Social⁵, mas que fornecem uma *proxy* da situação de escolaridade de cada município e região bastante acurada.

Analisando as faixas etárias prioritárias para a erradicação do analfabetismo (10 a 19 anos) e para a melhoria dos níveis de escolaridade de jovens (15 a 24 anos) verifica-se que:

- no caso do analfabetismo, ainda existe um percentual de 4,3 % na faixa etária de 10 a 14 anos e de 3,5% aproximadamente entre 15 e 19 anos que não possuem 1 ano de estudo no Estado de São Paulo. Apesar de todas as regiões apresentarem médias próximas da estadual, os percentuais são superiores a esta nas regiões de Registro e Franca no primeiro caso e em Registro, Franca, Sorocaba, Ribeirão Preto, Santos, Marília e Metropolitana de São Paulo no segundo;
- no caso do ensino fundamental, verifica-se que 65 % dos jovens entre 15 a 19 anos concluíram essa etapa no Estado de São Paulo, com destaque negativo para as regiões de Registro, Santos, Franca e Sorocaba com percentuais abaixo da média estadual. As regiões Metropolitana de São Paulo e Campinas encontram-se ligeiramente abaixo da média do Estado.
- no caso do ensino médio, 44,6 % dos jovens do Estado de São Paulo, na faixa etária de 20 a 24 anos, concluíram essa etapa. Só em 6 regiões observam-se percentuais superiores à média estadual, a saber, São José do Rio Preto, Araçatuba, Metropolitana de São Paulo, Presidente Prudente, São José dos Campos e Central. Nas demais o percentual de jovens na faixa etária que concluíram é menor que a média, com destaque negativo para Registro (32,59%) e Franca (40,62%).

5 Na elaboração do IRPS, para a construção do fator de escolaridade - um dos três fatores considerados no índice - utilizam-se as seguintes variáveis: % de jovens de 15 a 19 que concluíram o ensino fundamental; % de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio; percentual de jovens de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo; percentual de jovens de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudos; finalmente, % de matrículas do ensino fundamental oferecidas pela rede municipal. As quatro primeiras foram utilizadas neste trabalho.

Tabela 9

Estado de São Paulo: Escolaridade segundo variáveis selecionadas - 2000

Estado e Região Administrativa	% de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental	% de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio	% de jovens de 10 a 14 anos com mais de 1 ano de estudo	% de jovens de 15 a 24 anos com mais de 1 ano de estudo
Estado de São Paulo	65.6	44.6	95.7	96.6
RA Central	69.93	45.00	96.30	96.62
RA de Araçatuba	72.10	47.46	96.55	96.91
RA de Barretos	66.25	42.10	96.74	97.01
RA de Bauru	66.30	42.66	96.33	96.90
RA de Campinas	65.51	42.75	95.61	96.75
RA de Franca	62.08	40.62	95.14	96.22
RA de Marília	66.49	44.43	96.13	96.52
RA de Presidente Prudente	71.28	46.13	96.65	97.09
RA de Registro	54.51	32.59	93.95	95.34
RA de Ribeirão Preto	64.86	43.36	96.20	96.41
RA de Santos	62.06	42.11	95.55	96.51
RA de São José do Rio Preto	71.77	48.07	96.36	96.86
RA de São José dos Campos	67.01	45.14	95.96	96.95
RA de Sorocaba	60.29	36.88	95.43	96.29
Reg. Metropolitana de São Paulo	65.56	46.41	95.63	96.59

Fonte: IBGE-Censo 2000 e Fundação SEADE

A análise da situação dos municípios em relação à questão do analfabetismo nessas faixas etárias específicas mostra ainda a existência de heterogeneidades locais importantes: embora a média estadual indique que mais de 95% da população jovem de 10 a 14 anos tenha completado um ano de estudo, existem 14 municípios com mais de 10% de sua população nessa faixa etária sem essa condição, variando de Trabiju com quase 20% de seus jovens nessa situação até Julio Mesquita com aproximadamente 10%. A situação é melhor para a população jovem na faixa etária de 15 a 24 anos onde só existem 5 municípios onde mais de 10% não apresenta essa condição, a saber: Itapirapuã Paulista (13,0%), Tejuapá (12,6%), Barra do Turvo (12,5%), Santa Clara D'Oeste (12,4%) e Turmalina (10,0%).

Já a análise mais detalhada do segmento de jovens entre 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental, verifica-se que existe ainda um contingente enorme de municípios que possuem situações piores do que aquelas observadas quando se analisa a média estadual (65,6 %) ou as médias regionais, onde o valor mais baixo encontrado é em Registro com 54,5 % dos jovens na faixa etária tendo completado essa etapa de sua formação escolar. Em 146 dos municípios paulistas se verifica que mais de 45% dos jovens, entre 15 a 19 anos, não haviam conseguido concluir o ensino fundamental no ano 2000. As piores

situações encontradas ocorrem em 15 municípios de diferentes regiões do Estado, onde mais de 60% dos jovens nessa faixa etária não concluíram seus estudos no ciclo fundamental de ensino. Nessa situação temos Taquarivaí, Silveiras, Ribeirão Banco, Sarutaiá, Platina, Jeriquara, Barra do Turvo, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu, Tejupá, Rifaina, Nova Campina e Espírito Santo do Turvo.

No caso dos jovens de 20 a 24 anos que não concluíram o ensino médio a heterogeneidade também é significativa e a situação mais grave. Mais da metade dos municípios paulistas abriga contingentes de mais de 60% de jovens, nessa faixa etária, sem concluir essa etapa de ensino, variando de Barra do Turvo onde quase 90% da população na faixa etária não concluiu o ensino médio, até Altinópolis com aproximadamente 60%. Só 14 municípios paulistas conseguem ter mais de 60% de seus jovens de 20 a 24 anos com o ensino médio completo, sendo que só em dois deles – Águas de São Pedro e Santa Salete – esse percentual atinge o nível de 75% da população na faixa etária sendo este o nível mais alto do Estado, ou seja, restando 25% sem a conclusão dessa etapa do ensino.

1.2.3. Saúde

A análise da mortalidade infantil oferece uma boa medida das condições de saúde da população. Segundo informações da Secretaria Estadual de Saúde, “o coeficiente de mortalidade infantil vem diminuindo no Estado de São Paulo de forma contínua desde a década de setenta, de valores acima de 80 óbitos/mil nascidos vivos no início daquela década, para 17,5 em 1999 (ou 12.768 óbitos). Além disso, esta redução se deu em todos os componentes da mortalidade infantil, embora fosse mais acentuada no componente pós-neonatal. Os coeficientes para os diferentes componentes em 1999 são: 12,1 (ou 8.810 óbitos) de mortalidade neonatal total (sendo 9,3 de mortalidade neonatal precoce e 2,8 de mortalidade neonatal tardia) e 5,4 (ou 3.958 óbitos) de mortalidade pós-neonatal” (Agenda para a Saúde-SES,1999). A taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, para o conjunto do Estado de São Paulo, foi, entre 1999 e 2001, de 16,9. Do ponto de vista regional, a amplitude de variação desta taxa foi muito elevada: de menos que 13, na RA Central e de Ribeirão Preto, a 21,17, na RA de Santos. Vale frisar, também, a péssima situação das RA de Sorocaba e Registro.

A análise da taxa de mortalidade perinatal por nascimentos é fundamental, especialmente para avaliação da assistência à saúde. A média do Estado, de 18,5 por mil, é amplamente

superada por Registro (23,18), Santos (23,0) e São José dos Campos (21,87). Por outro lado, São José do Rio Preto obtém um nível expressivo de 15,4.

A esperança de vida ao nascer, indicador síntese das condições de saúde da população, para o Estado de São Paulo, na base 1999-2001, é de 71 anos. As diferenças regionais são de cerca de dois anos para mais e para menos. A melhor situação é da RA de São José do Rio Preto com 73,5 anos, seguida de Araçatuba e Presidente Prudente, ainda acima de 73 anos. A situação pior é de Santos (68,76), sendo que todas as outras regiões têm índice superior a 70.

Tabela 10
Taxa de Mortalidade Perinatal e Infantil (*) - 1999/2001

Estado e Região Administrativa	Taxa de Mortalidade Perinatal - %	Taxa de Mortalidade Infantil - %	Esperança de Vida ao Nascer (e0) -
Estado de São Paulo	18,53	16,87	70,98
RA Central	16,54	12,94	72,56
RA de Araçatuba	18,27	15,43	73,12
RA de Barretos	19,21	17,67	71,75
RA de Bauru	18,00	17,42	71,67
RA de Campinas	16,83	15,12	71,87
RA de Franca	19,07	16,48	72,68
RA de Marília	19,27	16,84	72,63
RA de Presidente Prudente	19,00	16,41	73,01
RA de Registro	23,18	19,70	70,46
RA de Ribeirão Preto	13,77	12,82	71,76
RA de Santos	23,00	21,17	68,76
RA de São José do Rio Preto	15,41	13,24	73,47
RA de São José dos Campos	21,87	17,53	70,62
RA de Sorocaba	17,85	19,99	70,72
Região Metropolitana de São Paulo	18,18	16,92	70,29

FONTE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

(*) Por mil nascidos vivos.

A análise da mortalidade infantil dos municípios em cada região do Estado também mostra a heterogeneidade das condições de saúde da população. Na região administrativa de Santos, que como vimos apresenta a pior taxa de mortalidade infantil do Estado, a situação varia entre Mongaguá com quase 30 mortes por mil nascidos vivos a Bertiooga com uma taxa inferior à média estadual.

Tabela 11

RA e Municípios	TMPerinatal	TMIInfantil
RA de Santos	23.00	21.17
Bertioga	24.28	14.90
Cubatão	22.43	19.61
Guarujá	22.24	19.19
Itanhaém	25.58	24.45
Mongaguá	27.85	29.97
Peruíbe	28.10	23.88
Praia Grande	25.22	25.17
Santos	18.82	17.02
São Vicente	24.44	23.83

Fonte: Fundação SEADE.

O mesmo ocorre quando se analisa a mortalidade perinatal no interior dessa mesma região: a variação vai de Peruíbe e Mongaguá com as mais altas taxas da região e muito acima da média estadual, até o município de Santos com uma mortalidade perinatal semelhante à média do Estado.

Tomando-se uma região com indicadores de saúde próximos da média, como por exemplo Presidente Prudente com mortalidade infantil de 16,4 por mil e perinatal de 19 por mil encontramos municípios em posições quase diametralmente opostas. Por exemplo na região temos municípios com taxas de mortalidade infantil altíssimas (Emilianópolis com 33,7 por mil; Marabá Paulista com 33,7 por mil; Flórida Paulista com 31,4 por mil ou Paulicéia com 30,6 por mil) e no outro extremo São João do Pau d'Allho, Estrela do Norte e Narandiba que não apresentaram mortes no período. Encontram-se ainda municípios com taxas muito pequenas (Sandovalina com 5,18 por mil), pequenas (Ribeirão dos Índios com 9,62 por mil) ou médias como Presidente Prudente (13 por mil) para ilustrar a intensa variação, o que se repete para as taxas observadas no período 1999-2001 para a mortalidade perinatal.

Mesmo a análise das regiões consideradas com indicadores de saúde excelentes para padrões brasileiros a região de Ribeirão Preto, encontram-se variações municipais muito intensas indicando a heterogeneidade do desenvolvimento social das municipalidades paulistas.

1.2.4. Habitação e Infra-Estrutura Urbana

1.2.4.1. São Paulo no contexto nacional dos indicadores de habitação e infra-estrutura urbana

As condições de habitação e infra-estrutura do Estado de São Paulo são efetivamente muito superiores às que são verificadas no restante do país. Os indicadores sociais do IBGE para 2001 podem dar uma idéia da situação do Estado frente ao Brasil e à Região Sudeste.

As condições de habitação brasileiras, tomadas pelo tipo de material utilizado nas construções apresentam paredes de alvenaria em 90,4% dos 39.613.032 domicílios particulares permanentes urbanos do Brasil. Já na Região Sudeste, 98,4% dos 19.527.302 domicílios são feitos de alvenaria. No caso do Estado de São Paulo, que tem 10.225.921 dos domicílios (25,8% do total nacional) este índice é de 98%, sendo que a região metropolitana de São Paulo supera o índice do conjunto do Estado, com 98,6%.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, as condições do Estado de São Paulo são imensamente superiores à do País e à registrada na Região Sudeste. Enquanto apenas 52,8% dos domicílios urbanos brasileiros dispõem de rede coletora, o Estado de São Paulo tem 87,7% de seus domicílios com este serviço. Vale frisar que o índice do Estado é superior ao da Região Metropolitana (82,9%) e ao do conjunto da Região Sudeste (79,0%). Cabe destaque, também, ao fato de que os domicílios que dispunham de fossas rudimentares ou não tinham acesso ao esgotamento sanitário eram 5,8% no Estado, contra 9,8% na Região Sudeste.

A remoção de lixo é outro ponto onde a situação do Estado de São Paulo ganha destaque no cenário nacional. Enquanto 86,6% dos domicílios urbanos brasileiros são servidos por coleta direta, o mesmo índice para o Estado de São Paulo é de 94,8%, que é superior, também, ao índice da Região Sudeste, de 91,2%. Ao mesmo tempo, 5,1% dos domicílios urbanos brasileiros têm destinação do lixo inequivocamente inadequada, o que só ocorre em 0,6% dos domicílios urbanos paulistas.

No que diz respeito ao acesso à água, o Estado de São Paulo apresenta um índice de canalização interna de água vinculada à rede geral de 98,2%, enquanto o Brasil e a Região Sudeste apresentam índices razoavelmente inferiores: 88,5% e 95,3%, respectivamente. Na situação de maior precariedade encontram-se 6,7% dos domicílios brasileiros, sem acesso à canalização interna, enquanto este índice é de apenas 0,9% para os domicílios urbanos paulistas.

Tabela 12

Indicadores Sociais - IBGE 2001

Indicadores	Brasil	Sudeste	São Paulo	RM de São Paulo
Tipo de material de parede (%)				
Alvenaria	90,4	98,4	98	98,6
Madeira aparelhada	7,9	0,9	1,2	0,4
Outros (2)	1,7	0,7	0,8	1
Tipo de esgotamento sanitário (%)				
Rede coletora	52,8	79	87,7	82,9
Fossa séptica	23	11,1	6,3	8,4
Fossa rudimentar	17,5	5	2,8	3,6
Outro e não tinha	6,6	4,8	3	4,7
Destino do lixo (%)				
Coletado diretamente	86,6	91,2	94,8	93,3
Coletado indiretamente	8,3	6,6	4,6	6,3
Queimado ou enterrado	3	1,4	0,3	0,1
Outro	2,1	0,8	0,3	0,4
Tipo de abastecimento de água (%)¹⁰				
Com canalização interna				
Rede geral	88,5	95,3	98,2	98,4
Poço ou nascente	4,7	2,8	0,9	0,8
Sem canalização interna				
Rede geral	2,9	1,1	0,5	0,3
Poço ou nascente	1,9	0,4	0,2	0,2
Outro	1,9	0,3	0,2	0,3

Fonte: IBGE.

1.2.4.2. A situação do Estado de São Paulo e suas Regiões Administrativas

O Estado de São Paulo possui mais de 600 mil domicílios precários, entre favelas, cortiços e improvisados. Isto significa 6,5% do total de 9,9 milhões de domicílios urbanos identificados em 2000.

A questão dos domicílios em favelas é, certamente, a mais complexa. Em termos absolutos, a RA Metropolitana de São Paulo detém 386,7 mil, dentre os 485 mil domicílios nesta situação, sendo a participação destes no total de domicílios de 8%, bem superior à média estadual de 4,9%. Em termos relativos, o principal problema é a RA de Santos, com 11,2% de seus domicílios localizados em favelas. Em conjunto, as duas regiões representam 89,7% dos problemas do Estado com a questão. Vale notar que o problema não existe nas RA de Registro, Franca, Barretos e Central.

Tabela 13
Índice de favelização dos domicílios urbanos por RA - 2000

Estado de São Paulo e Região Administrativa	Domicílios localizados em áreas urbanas	Em favela	Participação de favela nos domicílios urbanos - %
Estado de São Paulo	9.897.222	485.041	4,90
RA Central	228.697	0	0,00
RA de Araçatuba	182.300	56	0,03
RA de Barretos	105.687	0	0,00
RA de Bauru	258.236	1.427	0,55
RA de Campinas	1.481.110	43.138	2,91
RA de Franca	171.151	0	0,00
RA de Marília	233.291	876	0,38
RA de Presidente Prudente	200.727	470	0,23
RA de Registro	47.268	0	0,00
RA de Ribeirão Preto	289.848	689	0,24
RA de Santos	430.260	48.253	11,21
RA de São José do Rio Preto	354.062	287	0,08
RA de São José dos Campos	508.698	1.534	0,30
RA de Sorocaba	577.978	1.540	0,27
Região Metropolitana de São Paulo	4.827.909	386.771	8,01
Grau de Concentração	5.258.169	435.024	89,69

Fonte: SEADE.

Quanto aos cortiços, a média estadual de 1,25% é especialmente influenciada pelas condições das RA de Santos e Metropolitana. Já no caso das habitações improvisadas, as RA de Registro e Metropolitana condicionam a marca de 0,34% como média estadual.

Tabela 14

Domicílios urbanos, cortiços e domicílios improvisados por RA - 2000

Estado de São Paulo e Região Administrativa	Domicílios localizados em áreas urbanas	Participação de cortiço nos domicílios urbanos - %	Participação de improvisado nos domicílios urbanos - %
Estado de São Paulo	9.897.222	1,25	0,34
RA Central	228.697	0,62	0,21
RA de Araçatuba	182.300	0,61	0,11
RA de Barretos	105.687	0,73	0,17
RA de Bauru	258.236	0,61	0,19
RA de Campinas	1.481.110	0,83	0,31
RA de Franca	171.151	0,46	0,13
RA de Marília	233.291	0,65	0,11
RA de Presidente Prudente	200.727	0,53	0,14
RA de Registro	47.268	0,85	0,62
RA de Ribeirão Preto	289.848	1,01	0,18
RA de Santos	430.260	1,71	0,29
RA de São José do Rio Preto	354.062	0,47	0,14
RA de São José dos Campos	508.698	0,93	0,28
RA de Sorocaba	577.978	0,98	0,27
Região Metropolitana de São Paulo	4.827.909	1,66	0,44

Fonte: SEADE.

Tabela 15

Favelas – Situações de Risco e Situações Críticas - RA de Santos

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	485.041,00	4,90
RA de Santos	48.253	11,21
Situações de Risco Estadual		7,11
São Vicente	9.557	11,2
Situações Críticas Regionais		14,57
Bertioga	1.543	18,13
Cubatão	8.729	28,92
Guarujá	21.690	29,81

Fonte: Fundação SEADE.

Tabela 16
Favelas – Situações de Risco e Situações Críticas - RM de São Paulo

Estado, RM e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	485.041	4,90
RM de São Paulo	386.771	8,01
Situações de Risco Estadual		7,11
São Paulo	207.160	7,19
Taboão da Serra	4.174	7,84
Embu	4.657	8,64
Santo André	16.456	8,74
Carapicuíba	8.848	9,58
Situações Críticas Regionais		10,41
Guarulhos	38.579	13,35
Osasco	27.710	15,21
Mauá	16.572	16,67
São Bernardo do Campo	35.128	17,89
Diadema	21.035	21,27

Fonte: Fundação SEADE.

Os indicadores da oferta de infra-estrutura urbana mostram situações regionalmente bastante diferenciadas. A participação dos domicílios urbanos com coleta de lixo inadequada, no conjunto do Estado é de 1,1%. Nas RA, os extremos são a RA de Registro (4,27%) e RA Central (0,5%). O grau de concentração⁶ do problema é baixo, dado que apenas 5,2% dos domicílios em situação inadequada estão situados nas RA onde a média excede em mais que 45% a média estadual.

6 A medida do Grau de Concentração foi construída da seguinte forma: são verificadas RA que têm médias 30% superiores à média estadual; os valores absolutos são somados e divididos pelo número absoluto no total do Estado. Este indicador mostra se item em discussão afeta homogeneamente as Regiões do Estado ou se há concentração em RA específicas, elemento muito importante para os estilos de política pública a serem implementados.

Tabela 17
Infra-Estrutura Urbana Básica Inadequada - Coleta de Lixo - 2000

Estado de São Paulo e Região Administrativa	Domicílios localizados em áreas urbanas	Domicílios com Coleta de Lixo Inadequada	Participação de Domicílios com Coleta de Lixo Inadequado em Domicílios Urbanos - %
ESTADO DE SÃO PAULO	9.897.222	109.042	1,10
RA Central	228.697	1.143	0,50
RA de Araçatuba	182.300	2.189	1,20
RA de Barretos	105.687	793	0,75
RA de Bauru	258.236	2.912	1,13
RA de Campinas	1.481.110	17.106	1,15
RA de Franca	171.151	957	0,56
RA de Marília	233.291	2.599	1,11
RA de Presidente Prudente	200.727	3.608	1,80
RA de Registro	47.268	2.017	4,27
RA de Ribeirão Preto	289.848	1.858	0,64
RA de Santos	430.260	5.569	1,29
RA de São José do Rio Preto	354.062	2.414	0,68
RA de São José dos Campos	508.698	6.076	1,19
RA de Sorocaba	577.978	8.670	1,50
Região Metropolitana de São Paulo	4.827.909	51.131	1,06
Grau de Concentração	5.258.169	5.625	5,16

Fonte: SEADE.

A RA de Registro é, sem dúvida, um grande problema da ótica da coleta de lixo. À exceção de Jacupiranga e Barra do Turvo, todas as cidades da Região têm problemas.

No entanto, embora seja um grave problema regional, ele significa menos que 2% dos domicílios inadequadamente providos no Estado.

Tabela 18
Participação de domicílios com coleta de lixo inadequada nos domicílios urbanos - RA de Registro

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	109.042	1,10
RA de Registro	2.017	4,27
Situações de Risco Estadual		1,6
Cajati	99	1,85
Sete Barras	26	2,12
Cananéia	70	2,65
Eldorado	56	2,97
Pariquera-Açu	103	3,3
Iguape	220	3,64
Juquiá	150	4,42
Registro	517	4,55
Situações Críticas Regionais		5,55
Ilha Comprida	118	5,94
Miracatu	183	6,29
Pedro de Toledo	146	8,59
Itariri	305	14,7

Fonte: Fundação SEADE.

Na questão do esgoto, são ainda maiores as diferenças regionais. Enquanto a média do Estado está em 8,11% de domicílios atendidos inadequadamente, as RA de Santos e Registro têm índices de mais de 14% e a RA Metropolitana tem desempenho ruim, com 10,7%. Por outro lado, as RA Central e de Franca têm menos que 1% de seus domicílios com esgoto em situação inadequada.

Vale assinalar que o Grau de Concentração do problema do Esgotamento Sanitário é alto. As três RA que se situam acima da média são responsáveis por 72,7% do total de domicílios em situação inadequada do Estado.

Tabela 19

Infra-Estrutura Urbana Básica Inadequada – Esgotamento Sanitário - 2000

Estado e Região Administrativa	Domicílios localizados em áreas urbanas	Domicílios com Esgoto Inadequado	Participação de Domicílios com Esgoto Inadequado em Domicílios Urbanos - %
Estado de São Paulo	9.897.222	803.088	8,11
RA Central	228.697	1.679	0,73
RA de Araçatuba	182.300	7.174	3,94
RA de Barretos	105.687	869	0,82
RA de Bauru	258.236	4.855	1,88
RA de Campinas	1.481.110	94.725	6,40
RA de Franca	171.151	992	0,58
RA de Marília	233.291	6.701	2,87
RA de Presidente Prudente	200.727	19.701	9,81
RA de Registro	47.268	6.659	14,09
RA de Ribeirão Preto	289.848	4.493	1,55
RA de Santos	430.260	61.554	14,31
RA de São José do Rio Preto	354.062	7.631	2,16
RA de São José dos Campos	508.698	38.659	7,60
RA de Sorocaba	577.978	31.459	5,44
Região Metropolitana S Paulo	4.827.909	515.937	10,69
Grau de Concentração	5.258.169	584.150	72,74

As Tabelas 20, 21 e 22 mostram a situação detalhada das três regiões problemáticas do ponto de vista da adequação do esgotamento sanitário. Juntas, as três regiões têm 580 mil domicílios em má situação. As tabelas mostram que do ponto de vista regional há concentrações expressivas de problemas. Na RA de Santos, apenas Santos e Bertioga permanecem abaixo da média regional e estadual, mas três cidades têm indicadores desastrosos: Guarujá, Peruíbe e Cubatão, este último com mais de 30% de domicílios inadequados.

Tabela 20**Esgotamento Sanitário – RA de Santos - 2000**

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	803.088	8,11
RA de Santos	61.554	14,31
Situação de Risco Estadual		11,76
São Vicente	12.893	15,11
Praia Grande	8.914	16,01
Mongaguá	1.749	16,16
Itanhaém	3.712	18,12
Situação Crítica Regional		18,6
Guarujá	14.546	19,99
Peruíbe	2.882	20,05
Cubatão	9.451	31,31

Fonte: Fundação SEADE.

A situação da RA de Registro é ainda mais complexa porque inclusive a pólo regional faz parte dos municípios de risco, com índice que é quase o dobro da média estadual. Três municípios encontram-se em situação crítica: Cajati, Barra do Turvo, Juquiá e Miracatu.

Tabela 21

Esgotamento Sanitário – RA de Registro - 2000

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	803.088	8,11
RA de Registro	5.681	14,09
Situação de Risco Estadual		10,69
Iguape	828	13,69
Registro	1.663	14,65
Itariri	334	16,1
Situação Crítica Regional		18,32
Cajati	1.031	19,23
Barra do Turvo	185	24,09
Juquiá	845	24,87
Miracatu	795	27,33

Fonte: Fundação SEADE.

A RA Metropolitana de São Paulo, embora apresente média regional pouco superior à média estadual, tem uma situação altamente problemática. Enquanto o município de São Paulo situa-se um pouco abaixo da média estadual, 27 municípios aparecem em situação crítica. Nada menos que oito municípios têm mais de 40% de seus domicílios em situação inadequada, sendo Francisco Morato o caso mais dramático, com 65%.

Tabela 22
Esgotamento Sanitário – RM de São Paulo - 2000

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	803.088	8,11
RM de São Paulo	515.937	10,69
Situação de Risco Estadual		11,76
Carapicuíba	11.200	12,13
Caieiras	2.340	12,73
Situação Crítica Regional		13,9
Jandira	3.461	14,1
Osasco	26.040	14,3
Santa Isabel	1.342	14,67
Mauá	14.884	14,97
Guarulhos	43.583	15,08
Ferraz de Vasconcelos	6.274	17,12
Vargem Grande Paulista	1.482	17,35
Suzano	11.781	20,24
Cajamar	2.789	20,97
Salesópolis	542	22,39
Pirapora do Bom Jesus	751	22,82
Itaquaquecetuba	16.048	23,09
Rio Grande da Serra	2.304	23,57
Embu	13.372	24,81
Santana de Parnaíba	4.958	25,54
Cotia	10.329	26,18
Franco da Rocha	7.633	29,16
Itapevi	14.366	34,2
Mairiporã	4.895	37,22
Guararema	2.031	41,71
Embu-Guaçu	6.396	43,94
Arujá	6.723	45,49
Biritiba-Mirim	2.527	46,54
Itapeçerica da Serra	17.328	51,25
Juquitiba	2.487	53,95
São Lourenço da Serra	1.664	57,12
Francisco Morato	22.390	65,45

Fonte: Fundação SEADE.

O abastecimento de água apresenta inadequações em 3,61% dos domicílios urbanos paulistas. Nas RA Central, de Barretos, Franca e Bauru, este nível é de menos que 2%. Grave, no entanto, é a situação das RA de Registro (7,32%), São José dos Campos (6,07%), Santos (5,41%) e Campinas (4,57%). Vale notar que esta questão apresenta um baixo grau de concentração, dado que às três regiões que têm marcas superiores a 30% da média estadual correspondem apenas 16,14% dos domicílios em estado de inadequação.

Tabela 23

Infra-Estrutura Urbana Básica Inadequada – Abastecimento de Água - 2000

Estado de São Paulo e Região Administrativa	Domicílios localizados em áreas urbanas	Domicílios com Abastecimento de Água Inadequado	Participação de Domicílios com Abastecimento de Água Inadequado em Domicílios Urbanos - %
ESTADO DE SÃO PAULO	9.897.222	357.173	3,61
RA Central	228.697	1.985	0,87
RA de Araçatuba	182.300	3.743	2,05
RA de Barretos	105.687	1.873	1,77
RA de Bauru	258.236	5.016	1,94
RA de Campinas	1.481.110	67.678	4,57
RA de Franca	171.151	2.935	1,71
RA de Marília	233.291	4.790	2,05
RA de Presidente Prudente	200.727	5.530	2,75
RA de Registro	47.268	3.461	7,32
RA de Ribeirão Preto	289.848	6.625	2,29
RA de Santos	430.260	23.281	5,41
RA de São José do Rio Preto	354.062	9.698	2,74
RA de São José dos Campos	508.698	30.888	6,07
RA de Sorocaba	577.978	22.832	3,95
Região Metropolitana de São Paulo	4.827.909	166.838	3,46
Grau de Concentração	5.258.169	57.630	16,14

Fonte: SEADE.

A RA de Registro apresenta sérios problemas com a questão do abastecimento de água. Exceto por 3 municípios de pequeno porte, toda a região apresenta situação de risco, sendo que 4 municípios encontram-se em situação crítica, mesmo para os parâmetros regionais: Pedro de Toledo, Juquiá, Itariri e Ilha Comprida, com marcas acima dos 10%.

Tabela 24

Abastecimento de Água – RA de Registro – 200

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	357.173	3,61
RA de Registro	3.461	7,32
Situação de Risco Estadual		5,23
Cananéia	146	5,52
Cajati	316	5,89
Registro	700	6,16
Miracatu	182	6,26
Pariquera-Açu	217	6,96
Iguape	437	7,22
Situações Críticas Regionais		9,52
Pedro de Toledo	175	10,29
Juquiá	406	11,95
Itariri	341	16,43
Ilha Comprida	428	21,55

Fonte: Fundação SEADE

Mas é na RA de São José dos Campos que a questão do abastecimento se apresenta de forma mais grave. Além do próprio município-pólo estar entre os municípios em situação de risco estadual, nada menos que 13 municípios encontram-se em situação crítica regional, com caso acima de 20% como: São Sebastião, Guaratinguetá, Cunha e Ubatuba.

Tabela 25

Abastecimento de Água – RA de São José dos Campos – 2000

Estado, RA e Municípios	Domicílios	Percentual
Estado de São Paulo	357.173	3,61
RA de São José dos Campos	18.038	6,07
Situação de Risco Estadual		5,23
Aparecida	111	5,26
Igaratá	2.719	5,42
São José dos Campos	31	5,63
Redenção da Serra	121	5,71
Tremembé	636	7,18
Situações Críticas Regionais		7,89
São Luís do Paraitinga	152	8,37
Silveiras	65	9,88
Bananal	1.532	12,70
Roseira	471	14,53
Cachoeira Paulista	127	16,41
Santa Branca	142	17,05
Piquete	573	17,51
Queluz	85	18,32
Jacareí	124	18,79
Ubatuba	4.352	23,90
Cunha	400	24,23
Guaratinguetá	1.442	24,73
São Sebastião	4.955	29,91

Fonte: Fundação SEADE

Na RA de Santos, a questão do abastecimento de água caracteriza-se pela heterogeneidade regional. Enquanto Santos e São Vicente detém índices invejáveis, Guarujá, Mongaguá, Bertioga e Peruíbe incluem-se entre as situações críticas e Itanhaém e Cubatão apresentam índices desastrosos.

Tabela 26

Abastecimento da Água – RA de Santos – 2000

Estado, RA e Municípios	Quantidade	Percentual
Estado de São Paulo	357.173,00	3,61
RA de Santos	23.281	5,41
Situação de Risco Estadual		5,23
Situação Crítica Regional		7,03
Guarujá	6.614	9,09
Mongaguá	992	9,16
Bertioga	901	10,59
Peruíbe	1.708	11,88
Itanhaém	3.397	16,58
Cubatão	5.254	17,40

Fonte: Fundação SEADE

1.2.5. Renda, Emprego e Pobreza

A situação de São Paulo no contexto brasileiro

A distribuição da apropriação da renda no Estado de São Paulo é melhor que a brasileira e da Região Sudeste. Os Indicadores Sociais do IBGE mostram que os trabalhadores que percebem rendimento de menos que meio salário mínimo representa 1,6% do total, contra 4,8%, na Região Sudeste e 7,9% no conjunto do país. Quando tomados os rendimentos de até 2 salários mínimos, os trabalhadores paulistas recebem 29,9% da renda. No caso da Região Sudeste, são 43,3% e no caso do Brasil, 50,1%. Vale notar que o índice de Gini, medido para 2001, São Paulo registra a marca de 0,534 contra 0,566 para o conjunto do país.

Tabela 27

Rendimento Médio Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo - 2001

Grandes Regiões, Unidades de Federação e Regiões Metropolitanas	População ocupada						
	Total (1)	Classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos em salário mínimo (%)					
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil (2)	75 450 692	7,8	16,3	26,0	12,9	11,0	12,9
Sudeste	32 650 283	4,3	12,3	27,0	16,1	14,3	17,7
São Paulo	16 785 279	2,4	8,1	25,5	18,9	16,9	21,8
Região Metropolitana de S. Paulo	7 961 044	1,6	6,0	22,3	19,9	18,3	25,3

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Nota: Compreendem as pessoas de 10 anos e mais de idade moradoras em domicílios particulares.

(1) Inclusive sem declaração de renda. (2) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O Estado de São Paulo e as situações regionais

A distribuição de renda no Estado de São Paulo conserva perfil bastante concentrado, o que pode ser avaliado pelo alto número de famílias que percebe baixo rendimento. As famílias que percebem renda de até um salário mínimo são 9,5% do total. As famílias que ganham até 2 mínimos são 19,3% do total de famílias do Estado, como pode ser avaliado por meio da Tabela 28.

A análise regional mostra que duas regiões enfrentam situação marcadamente pior que a média estadual na proporção de famílias que ganham até um salário mínimo. As RA de Registro (20,9%) e Presidente Prudente (14,7%) apresentam grave problema em sua geração de rendas. Na comparação com dois salários mínimos, as duas regiões continuam à frente, com 40% e 30%, respectivamente. Na outra ponta, as RA de Campinas, Ribeirão Preto e Central posicionam-se abaixo da média do Estado.

O Grau de Concentração do problema, medido pelo peso das regiões que se situam acima de 30% da média estadual no conjunto das rendas de até um salário mínimo, é baixo, cerca de 4,8%. Isto indica que, embora haja maior gravidade em duas regiões, o problema está colocado em todo o Estado.

Tabela 28

Participação das Famílias por faixa de rendimentos selecionados no total das famílias - 2000

Estado e Região Administrativa	Famílias com até 1 SM	Famílias com até 2 SM	Total de Famílias do município	Participação de Famílias com até 1 SM no Total - %	Participação de Famílias com até 2 SM no Total - %
ESTADO DE SÃO PAULO	1.047.804	2.115.606	10.972.912	9,5	19,3
RA Central	21.050	49.311	257.825	8,2	19,1
RA de Araçatuba	24.124	54.162	208.516	11,6	26,0
RA de Barretos	13.418	30.118	119.387	11,2	25,2
RA de Bauru	26.186	57.661	288.901	9,1	20,0
RA de Campinas	120.641	259.026	1.599.061	7,5	16,2
RA de Franca	16.380	39.157	189.910	8,6	20,6
RA de Marília	30.719	68.455	269.348	11,4	25,4
RA de Presidente Prudente	35.407	74.629	241.488	14,7	30,9
RA de Registro	15.194	29.315	72.654	20,9	40,3
RA de Ribeirão Preto	25.344	53.079	314.488	8,1	16,9
RA de Santos	46.932	87.067	456.676	10,3	19,1
RA de São José do Rio Preto	43.044	98.395	413.333	10,4	23,8
RA de São José dos Campos	64.468	127.591	577.928	11,2	22,1
RA de Sorocaba	82.857	178.358	710.274	11,7	25,1
Região Metropolitana de São Paulo	482.040	909.282	5.253.123	9,2	17,3
Grau de Concentração					

Fonte: Fundação SEADE.

A RA de Presidente Prudente enfrenta sérios problemas de geração de renda. Dos 53 municípios que compõem a região, 20 vivem em situação crítica regional, sendo que em 16 municípios, a taxa de famílias com rendas de até um salário mínimo é de mais de 20%. Mais 24 municípios vivem situação de risco estadual. Em 26 municípios, as famílias com renda igual ou inferior a dois salários mínimos representam mais que 40% do conjunto das famílias do município.

Tabela 29

Renda das Famílias – RA de Presidente Prudente - 2000

Estado, RA e Municípios	Famílias com até 1 SM	Famílias com até 2 SM	Total de Famílias do município	Participação de Famílias com até 1 SM no Total - %	Participação de Famílias com até 2 SM no Total - %
Estado de São Paulo	1.047.804	2.115.606	10.972.912	9,55	19,28
Ra de Presidente Prudente	23.789	49.290	129.968	18,3	37,92
Situação de Risco Estadual				13,85	
Tupi Paulista	606	1.249	4.240	14,29	29,46
Indiana	221	539	1.522	14,52	35,41
Salmourão	201	496	1.378	14,59	35,99
Presidente Epitácio	1.775	3.717	12.161	14,6	30,56
São João do Pau d'Alho	98	281	670	14,63	41,94
Rancharia	1.301	2.713	8.862	14,68	30,61
Presidente Venceslau	1.779	3.557	11.671	15,24	30,48
Flórida Paulista	522	1.297	3.387	15,41	38,29
Paulicéia	251	579	1.616	15,53	35,83
Panorama	663	1.373	4.106	16,15	33,44
Inúbia Paulista	164	321	1.001	16,38	32,07
Rosana	1.118	1.998	6.765	16,53	29,53
Lucélia	894	1.949	5.398	16,56	36,11
Presidente Bernardes	718	1.596	4.322	16,61	36,93
Nova Guataporanga	113	246	671	16,84	36,66
Monte Castelo	219	548	1.284	17,06	42,68
Alfredo Marcondes	196	451	1.148	17,07	39,29
Santo Anastácio	1.101	2.204	6.447	17,08	34,19
Martinópolis	1.203	2.730	6.756	17,81	40,41
Mariápolis	222	532	1.227	18,09	43,36
Iepê	414	1.038	2.244	18,45	46,26
Junqueirópolis	991	2.151	5.363	18,48	40,11
Anhumas	188	444	1.008	18,65	44,05
Tarabai	319	634	1.678	19,01	37,78
Situação Crítica Regional				19,06	
Flora Rica	134	295	686	19,53	43
Taciba	298	569	1.525	19,54	37,31
Estrela do Norte	147	303	750	19,6	40,4
Emilianópolis	188	442	929	20,24	47,58
Ouro Verde	440	1.036	2.166	20,31	47,83
Irapuru	488	1.110	2.381	20,5	46,62
Pacaembu	813	1.529	3.702	21,96	41,3
Sagres	162	366	731	22,16	50,07
Piquerobi	251	492	1.114	22,53	44,17
Santa Mercedes	194	421	861	22,53	48,9
Pracinha	98	222	432	22,69	51,39
Ribeirão dos Índios	167	328	717	23,29	45,75
Santo Expedito	194	356	809	23,98	44
Teodoro Sampaio	1.429	2.587	5.820	24,55	44,45
Sandovalina	231	411	925	24,97	44,43
Narandiba	294	582	1.119	26,27	52,01
Caiuá	349	653	1.296	26,93	50,39
Euclides da Cunha Paulista	816	1.520	2.923	27,92	52
Marabá Paulista	315	637	1.123	28,05	56,72
Mirante do Paranapanema	1.504	2.788	5.034	29,88	55,38

Fonte: Fundação SEADE.

A RA de Registro apresenta uma situação de enorme carência, como pode ser verificado por meio da Tabela 30. Todos os municípios da região encontram-se em situação de risco estadual, enquanto dois municípios (Barra do Turvo e Sete Barras) estão em situação

crítica, mesmo quando referidos à realidade regional. São 7 os municípios que superam a marca de 20% de participação de rendimentos inferiores a um salário mínimo no conjunto das famílias. No caso dos rendimentos familiares inferiores a dois salários mínimos, são 8 municípios que superam a barreira dos 40%.

Tabela 30
Renda das Famílias – RA de Registro - 2000

Estado, RA e Municípios	Famílias com até 1 SM	Famílias com até 2 SM	Total de Famílias do município	Participação de Famílias com até 1 SM no Total - %	Participação de Famílias com até 2 SM no Total - %
Estado de São Paulo	1.047.804	2.115.606	10.972.912	9,55	19,28
Ra de Registro	15.194	29.315	72.654	20,91	40,35
Situação de Risco Estadual				13,85	
Jacupiranga	734	1.663	4.665	15,73	35,65
Pariquera-Açu	775	1.671	4.852	15,97	34,44
Cananéia	565	1.094	3.264	17,31	33,52
Ilha Comprida	367	660	2.079	17,65	31,75
Itariri	661	1.325	3.705	17,84	35,76
Registro	2.596	5.047	14.393	18,04	35,07
Miracatu	1.165	2.610	6.138	18,98	42,52
Cajati	1.671	3.341	7.738	21,59	43,18
Juquiá	1.311	2.429	5.713	22,95	42,52
Iguape	1.846	3.266	7.953	23,21	41,07
Pedro de Toledo	623	1.032	2.615	23,82	39,46
Eldorado	941	1.833	3.671	25,63	49,93
Situação Crítica Regional				27,18	
Sete Barras	1.031	2.023	3.725	27,68	54,31
Barra do Turvo	908	1.321	2.143	42,37	61,64

Fonte: Fundação SEADE.

População de menos de 14 anos em famílias na indigência e na pobreza

A população de menos de 14 anos pertencente a famílias que percebem renda de até um salário mínimo é de 10,4%, na média estadual.. Do ponto de vista regional, como pode ser verificado por meio da Tabela 31, os distintos patamares em que as regiões se encontram configuram uma pequena heterogeneidade e um caso altamente problemático, a RA de Registro (22,3%). No que diz respeito aos grupos podem ser identificadas as RA de Franca, Campinas e Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru e Central como nitidamente abaixo da média estadual. As RA de Araçatuba, Barretos, Marília e Metropolitana encontram-se em torno da média estadual. Já as RA de Presidente Prudente, Santos, Sorocaba e São José dos Campos encontram-se nitidamente acima da média estadual.

Tabela 31

Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias por faixa de rendimentos selecionados no total das famílias

Estado e Região Administrativa	Pessoas com idade até 14 anos		População com Idade até 14 anos	Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias com até 1 SM no Total - %	Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias com até 2 SM no Total - %
	Famílias com até 1 SM	Famílias com até 2 SM			
ESTADO DE SÃO PAULO	1.017.957	2.113.313	9.745.221	10,4	21,7
RA Central	18.358	44.898	215.003	8,5	20,9
RA de Araçatuba	17.975	43.116	165.100	10,9	26,1
RA de Barretos	10.242	25.560	102.928	10,0	24,8
RA de Bauru	21.699	49.261	243.636	8,9	20,2
RA de Campinas	108.518	243.285	1.389.021	7,8	17,5
RA de Franca	12.511	33.708	173.695	7,2	19,4
RA de Marília	23.175	58.455	228.132	10,2	25,6
RA de Presidente Prudente	27.991	63.736	201.141	13,9	31,7
RA de Registro	19.126	38.331	85.901	22,3	44,6
RA de Ribeirão Preto	21.551	50.028	278.149	7,7	18,0
RA de Santos	47.892	88.223	382.320	12,5	23,1
RA de São José do Rio Preto	26.835	69.026	305.006	8,8	22,6
RA de São José dos Campos	67.891	136.626	549.683	12,4	24,9
RA de Sorocaba	85.218	191.796	701.672	12,1	27,3
Região Metropolitana de São Paulo	508.975	977.264	4.723.834	10,8	20,7

Fonte: Fundação SEADE.

É importante avaliar a natureza da situação de risco dos menores de 14 anos, aqui caracterizada como a vinculação a famílias de renda inferior a um mínimo. Para isto foram identificadas as 50 cidades que apresentaram incidência maior desta situação (Tabela 32). A somatória de crianças resultou em 44.153, apenas 4,3% do universo de situações de risco. Ao mesmo tempo, a identificação dos municípios com mais de 10 mil pessoas nesta situação, constante da Tabela 33, resultou em 473.301 pessoas, em 15 municípios, nada menos que 46,5% do universo de risco. Deste modo, é possível afirmar que a situação de pobreza das pessoas com menos de 14 anos é especialmente vinculada às grandes cidades.

Tabela 32

50 Maiores Taxas de População Menor de 14 anos em Famílias de renda de até 1 Salário Mínimo

RA	Municípios	Total de Famílias do município	Famílias com até 1 SM	Pessoas com até 14 anos nas famílias com renda de até 1 SM	População com Idade até 14 anos	Participação das pessoas com até 14 anos de famílias com renda de até 1 SM no total da população até 14 anos
Sorocaba	Coronel Macedo	1.621	337	390	1.742	22,39
Registro	Miracatu	6.138	1.165	1.728	7.614	22,7
Sorocaba	Bom Sucesso de Itararé	812	221	280	1.221	22,93
Araçatuba	Nova Castilho	309	76	64	278	23,02
Presidente Prudente	Anhumas	1.008	188	212	919	23,07
Araçatuba	Suzanápolis	827	150	166	717	23,15
Presidente Prudente	Piquerobi	1.114	251	201	867	23,18
Registro	Iguape	7.953	1.846	1.864	7.988	23,34
Sorocaba	Itararé	13.341	2.917	3.406	14.588	23,35
Sorocaba	Torre de Pedra	656	163	131	560	23,39
Presidente Prudente	Sandovalina	925	231	221	938	23,56
S.J. do Rio Preto	Nova Canaã Paulista	797	171	131	552	23,73
Presidente Prudente	Teodoro Sampaio	5.820	1.429	1.452	6.073	23,91
Registro	Eldorado	3.671	941	1.213	5.028	24,12
S.J. do Rio Preto	Mirassolândia	1.160	286	228	945	24,13
Sorocaba	Capão Bonito	12.544	3.079	3.643	14.866	24,51
S.J. dos Campos	Queluz	2.549	575	673	2.740	24,56
S.J. do Rio Preto	Aspásia	558	106	112	455	24,62
Registro	Juquiá	5.713	1.311	1.691	6.686	25,29
Presidente Prudente	Euclides da Cunha Paulista	2.923	816	871	3.380	25,77
S.J. dos Campos	Areias	979	232	295	1.131	26,08
Presidente Prudente	Ribeirão dos Índios	717	167	131	502	26,1
Sorocaba	Ribeirão Grande	1.909	531	608	2.291	26,54
Presidente Prudente	Marabá Paulista	1.123	315	299	1.109	26,96
Presidente Prudente	Santa Mercedes	861	194	202	746	27,08
Presidente Prudente	Mirante do Paranapanema	5.034	1.504	1.195	4.383	27,26
Presidente Prudente	Sagres	731	162	181	659	27,47
Sorocaba	Itaporanga	4.231	1.183	1.167	4.140	28,19
Registro	Sete Barras	3.725	1.031	1.287	4.555	28,25
Sorocaba	Iaras	912	302	282	993	28,4
Araçatuba	Itapura	1.168	345	314	1.102	28,49
Sorocaba	Ribeirão Branco	5.480	1.515	2.408	8.163	29,5
Presidente Prudente	Caiuá	1.296	349	346	1.172	29,52
Registro	Pedro de Toledo	2.615	623	888	2.973	29,87
Sorocaba	Iporanga	1.181	385	482	1.605	30,03
Presidente Prudente	Narandiba	1.119	294	328	1.063	30,86
S.J. dos Campos	Cunha	6.619	1.909	2.195	6.947	31,6
Presidente Prudente	Flora Rica	686	134	185	575	32,17
Araçatuba	Nova Independência	650	180	172	532	32,33
Sorocaba	Apiáí	7.236	2.077	3.054	9.286	32,89
Barretos	Embaúba	756	201	195	587	33,22
S.J. do Rio Preto	Pontes Gestal	870	256	212	627	33,81
Sorocaba	Riversul	2.122	777	774	2.105	36,77
Sorocaba	Guapiara	5.228	1.755	2.469	6.664	37,05
Sorocaba	Barra do Chapéu	1.285	516	629	1.652	38,08
Sorocaba	Itaberá	5.551	1.774	2.236	5.865	38,12
Sorocaba	Ribeira	1.025	379	457	1.101	41,51
Sorocaba	Itapirapuã Paulista	931	418	540	1.243	43,44
Registro	Barra do Turvo	2.143	908	1.338	2.912	45,95
Sorocaba	Itaóca	857	411	607	1.064	57,05
Total do Estado		10.972.912	1.047.804	1.017.957	9.745.221	10,45

Fonte: Fundação SEADE.

Tabela 33**50 Maiores Taxas de População Menor de 14 anos em Famílias de renda de até 1 Salário Mínimo**

RA	Municípios	Total de Famílias do município	Famílias com até 1 SM	Pessoas com até 14 anos nas famílias com renda de até 1 SM	População com idade até 14 anos	Participação das pessoas com até 14 anos de famílias com renda de até 1 SM no total da população até 14 anos
Sorocaba	Sorocaba	144.496	10.561	10.998	132.041	8,33
Campinas	Campinas	298.317	21.743	21.003	232.609	9,03
São Paulo (RM)	Osasco	190.083	16.951	16.741	176.588	9,48
São Paulo (RM)	São Paulo	3.138.013	253.931	253.012	2.593.682	9,75
São Paulo (RM)	São Bernardo do Campo	206.796	17.307	18.087	182.259	9,92
São Paulo (RM)	Santo André	195.984	15.551	15.632	151.850	10,29
São Paulo (RM)	Diadema	102.409	10.603	10.994	101.564	10,82
S.J. dos Campos	São José dos Campos	154.527	14.079	16.245	148.482	10,94
São Paulo (RM)	Guarulhos	304.185	32.672	36.431	313.829	11,61
São Paulo (RM)	Mauá	102.945	11.599	12.697	107.015	11,86
São Paulo (RM)	Carapicuíba	95.420	10.662	11.935	100.364	11,89
Santos	Guarujá	78.615	9.483	10.435	77.734	13,42
São Paulo (RM)	Mogi das Cruzes	95.194	10.794	12.881	94.971	13,56
São Paulo (RM)	Itaquaquecetuba	72.753	11.925	15.847	93.179	17,01

Fonte: Fundação SEADE.

A condição acima enfocada refere-se a situações de extrema precariedade, dado que as rendas familiares de até um salário mínimo representam um quarto de salário em famílias de quatro pessoas, o que equivale ao limite da indigência. A Tabela 34 mostra os dados que seriam equivalentes à linha da pobreza, apontando, do mesmo modo, uma situação extremamente aflitiva. O Estado de São Paulo tem 21,69% de suas crianças com até 14 anos pertencendo a famílias que têm renda de até 2 salários mínimos. Apenas 3 RA conseguem ficar abaixo dos 20%: Campinas, Ribeirão Preto e Franca. Enquanto isto, as RA de Presidente Prudente e Registro enfrentam situações de grande vulnerabilidade social.

Tabela 34

Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias de rendimentos de até 2 salários mínimos - 2000

Estado e Região Administrativa	Famílias com renda de até 2 SM	Total de famílias do município	Menores de 14 anos em Famílias com renda de até 2 SM	População com idade até 14 anos	Participação dos menores de 14 anos no total
Estado de São Paulo	2.115.606	10.972.912	2.113.313	9.745.221	21,69
RA Central	49.311	257.825	44.898	215.003	20,88
RA de Araçatuba	54.162	208.516	43.116	165.100	26,12
RA de Barretos	30.118	119.387	25.560	102.928	24,83
RA de Bauru	57.661	288.901	49.261	243.636	20,22
RA de Campinas	259.026	1.599.061	243.285	1.389.021	17,51
RA de Franca	39.157	189.910	33.708	173.695	19,41
RA de Marília	68.455	269.348	58.455	228.132	25,62
RA de Presidente Prudente	74.629	241.488	63.736	201.141	31,69
RA de Registro	29.315	72.654	38.331	85.901	44,62
RA de Ribeirão Preto	53.079	314.488	50.028	278.149	17,99
RA de Santos	87.067	456.676	88.223	382.320	23,08
RA de São José do Rio Preto	98.395	413.333	69.026	305.006	22,63
RA de São José dos Campos	127.591	577.928	136.626	549.683	24,86
RA de Sorocaba	178.358	710.274	191.796	701.672	27,33
Região Metropolitana de São Paulo	909.282	5.253.123	977.264	4.723.834	20,69

Fonte: Fundação SEADE.

A questão do desemprego é, certamente, das mais delicadas para as políticas públicas. A população economicamente ativa do Estado é de 18,2 milhões de pessoas, sendo que 15 milhões estão ocupados, com ou sem vínculos formais, e 3,2 milhões permanecem desempregados. Estes números conformam uma taxa de desemprego de 17,5%, que pode ser verificada por meio da Tabela 35.

O desemprego não se distribui homogeneamente no Estado, concentrando-se em 4 regiões: RA de Santos, Metropolitana, São José dos Campos e Registro. As três primeiras têm como ponto em comum o fato de que parte do problema do desemprego está vinculado à desestruturação da atividade produtiva regional. Juntas, as 4 RAs compreendem 2,1 milhões de trabalhadores desempregados, mais que dois terços do conjunto do Estado.

Tabela 35
Trabalhadores Desempregados, Ocupados e PEA por Regiões

Estado e Região Administrativa	Desempregados	Ocupados	PEA	Tx Desemprego
Estado de São Paulo	3.190.274	15.041.182	18.231.456	17,50
RA Central	62.170	357.321	419.491	14,82
RA de Araçatuba	44.671	289.657	334.328	13,36
RA de Barretos	28.841	164.507	193.348	14,92
RA de Bauru	66.711	405.741	472.452	14,12
RA de Campinas	399.667	2.277.913	2.677.580	14,93
RA de Franca	34.988	284.108	319.096	10,96
RA de Marília	58.164	365.439	423.603	13,73
RA de Presidente Prudente	56.879	319.649	376.528	15,11
RA de Registro	19.262	86.728	105.990	18,17
RA de Ribeirão Preto	74.297	448.546	522.843	14,21
RA de Santos	151.162	563.853	715.015	21,14
RA de São José do Rio Preto	83.164	568.086	651.250	12,77
RA de São José dos Campos	175.973	765.464	941.437	18,69
RA de Sorocaba	178.122	946.069	1.124.191	15,84
Região Metropolitana de São Paulo	1.756.203	7.198.101	8.954.304	19,61

Fonte: Fundação SEADE.

Uma avaliação dos 50 municípios paulistas detentores das maiores taxas de desemprego mostra que o problema é bastante concentrado (Tabela 36). Por um lado, o somatório de desempregados destes municípios (710 mil) dá conta de quase 70% do número de desempregados do Estado. Por outro, a participação dos municípios da RA Metropolitana de São Paulo (22 municípios), de Santos e, secundariamente, de São José dos Campos é muito expressiva, indicando um quadro concentrado para a questão do desemprego.

Tabela 36
50 Municípios Paulistas com Maiores Taxas de Desemprego

RA	Municípios	Desempregados	Ocupados	PEA	Tx de Desemprego
Araçatuba	Itapura	527	1.104	1.631	32,31
Barretos	Embauba	304	914	1.218	24,96
Campinas	Campo Limpo Paulista	6.640	23.550	30.190	21,99
Campinas	Hortolandia	16.469	58.081	74.550	22,09
Campinas	Monte Mor	4.048	13.857	17.905	22,61
Campinas	Cosmopolis	4.800	16.095	20.895	22,97
Campinas	Varzea Paulista	10.753	33.727	44.480	24,17
Presidente Prudente	Teodoro Sampaio	2.197	6.296	8.493	25,87
Registro	Ilha Comprida	584	2.116	2.700	21,63
Registro	Cajati	2.411	8.000	10.411	23,16
Registro	Sete Barras	1.411	4.277	5.688	24,81
S.J. do Rio Preto	Mirassolandia	360	1.295	1.655	21,75
S.J. do Rio Preto	Onda Verde	394	1.367	1.761	22,37
S.J. dos Campos	Cruzeiro	7.034	25.750	32.784	21,46
S.J. dos Campos	Cacapava	7.559	27.208	34.767	21,74
S.J. dos Campos	Jacarei	20.036	70.761	90.797	22,07
S.J. dos Campos	Pindamonhangaba	13.166	43.890	57.056	23,08
Santos	Guarujá	28.368	101.913	130.281	21,77
Santos	Itanhaem	7.388	25.957	33.345	22,16
Santos	Praia Grande	20.830	71.272	92.102	22,62
Santos	Sao Vicente	33.481	110.106	143.587	23,32
Santos	Mongagua	4.209	12.760	16.969	24,80
Santos	Cubatao	12.714	38.535	51.249	24,81
Santos	Peruibe	6.276	17.375	23.651	26,54
São Paulo (RM)	Barueri	21.354	78.590	99.944	21,37
São Paulo (RM)	Embu-Guaçu	5.702	20.639	26.341	21,65
São Paulo (RM)	Taboão da Serra	22.166	79.756	101.922	21,75
São Paulo (RM)	Caieiras	7.486	26.895	34.381	21,77
São Paulo (RM)	Guarulhos	117.181	409.232	526.413	22,26
São Paulo (RM)	Suzano	23.343	81.475	104.818	22,27
São Paulo (RM)	Diadema	41.245	139.329	180.574	22,84
São Paulo (RM)	Carapicuíba	37.599	126.079	163.678	22,97
São Paulo (RM)	Ribeirão Pires	11.667	39.015	50.682	23,02
São Paulo (RM)	Poa	10.508	35.022	45.530	23,08
São Paulo (RM)	Sao Lourenço da Serra	1.227	4.005	5.232	23,45
São Paulo (RM)	Itapeçerica da Serra	14.758	48.107	62.865	23,48
São Paulo (RM)	Cajamar	5.648	18.390	24.038	23,50
São Paulo (RM)	Arujá	6.616	21.536	28.152	23,50
São Paulo (RM)	Mauá	40.871	128.314	169.185	24,16
São Paulo (RM)	Francisco Morato	14.017	43.649	57.666	24,31
São Paulo (RM)	Ferraz de Vasconcelos	16.067	49.156	65.223	24,63
São Paulo (RM)	Embu	26.416	76.149	102.565	25,76
São Paulo (RM)	Itapevi	19.479	54.324	73.803	26,39
São Paulo (RM)	Rio Grande da Serra	4.332	12.060	16.392	26,43
São Paulo (RM)	Itaquaquecetuba	32.069	88.202	120.271	26,66
São Paulo (RM)	Franco da Rocha	13.324	35.383	48.707	27,36
Sorocaba	Apiá	2.431	8.413	10.844	22,42
Sorocaba	Riversul	613	1.969	2.582	23,74
Sorocaba	Alumínio	1.624	5.035	6.659	24,39
Sorocaba	Bom Sucesso de Itararé	360	866	1.226	29,36
Total dos 50 maiores		710.062	2.347.796	3.057.858	23,22

Fonte: Fundação Seade.

1.2.6. Violência

As mortes por causas violentas ou externas sofreram considerável aumento de importância em São Paulo e no Brasil desde a década de 80, tanto em número absoluto, como proporcionalmente às outras causas de mortalidade. Em nosso Estado já representavam o terceiro maior grupo de óbitos, com 14,3% do total de óbitos, ou 33.695 óbitos em 1999, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório e praticamente empatando com as neoplasias (Agenda para a Saúde-SES, 1999). As mortes por agressão (homicídios) representavam a primeira causa de óbito entre as externas. A segunda maior causa eram os acidentes de transporte.

O Estado de São Paulo apresentou, entre 1999 e 2001, em média anual, uma proporção de óbitos por agressões sobre os óbitos totais de 6,32%. Quando adicionados os causados por acidentes de trânsito, os óbitos por causas externas passaram a significar 8,93% do total. A Região Metropolitana de São Paulo respondeu por mais da metade dos 20,9 mil óbitos por agressões e acidentes em transporte.

Regionalmente, a violência ficou distribuída de forma bastante diferenciada. Apenas as RA Metropolitana de São Paulo (9,54%) e Santos (6,37%) registraram óbitos por agressão maiores do que a média do Estado. As RA de Barretos, Bauru, Franca, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto nem chegaram a 2%. O Grau de Concentração, medido pela participação das RA que têm média regional superior a 30% acima da média estadual nos eventos de morte por agressão, é muito elevado, chegando a 70,45% dos 14.806 óbitos por agressão. Vale frisar que a única RA que se enquadrou neste caso foi a Metropolitana de São Paulo.

No conjunto do coeficiente de mortes por acidentes de transporte e agressões, frente aos óbitos totais, a RA Metropolitana de São Paulo continuou sendo primeira colocada (11,69%), mas passou a ser seguida de perto por São José dos Campos, Registro e Santos. As RA de Bauru, Franca, Marília e Presidente Prudente conseguiram permanecer abaixo dos 5%. A Tabela 37 mostra os números gerais para o Estado e as Regiões Administrativas, indicando as médias anuais para o período de 1999 a 2001.

Tabela 37

Óbitos Totais, por Agressão e por Acidentes de Transporte (médias) 1999-2001

Estado e Região Administrativa	Média dos Óbitos (1999-2001)			Proporção Média de Agressões nos Óbitos Gerais - %	Proporção Média de Agressões e Ac. Transportes nos Óbitos Gerais - %
	Gerais	Agressões	Ac. Transporte		
Estado de São Paulo	234.180	14.806	6.109	6,32	8,93
RA Central	5.226	118	164	2,26	5,40
RA de Araçatuba	5.598	211	122	3,77	5,95
RA de Barretos	2.725	35	95	1,28	4,77
RA de Bauru	6.653	79	143	1,19	3,34
RA de Campinas	33.316	1.379	1.052	4,14	7,30
RA de Franca	3.772	57	113	1,51	4,51
RA de Marília	6.075	98	194	1,61	4,81
RA de Presidente Prudente	5.106	87	146	1,70	4,56
RA de Registro	1.672	50	94	2,99	8,61
RA de Ribeirão Preto	6.516	305	200	4,68	7,75
RA de Santos	11.263	718	210	6,37	8,24
RA de São José do Rio Preto	8.532	118	314	1,38	5,06
RA de São José dos Campos	11.950	703	415	5,88	9,36
RA de Sorocaba	16.408	417	496	2,54	5,56
Região Metropolitana de São Paulo	109.368	10.431	2.351	9,54	11,69

FONTE: Fundação SEADE; Movimento do Registro Civil. /Fundação IBGE.

(*) Os dados de óbitos produzidos pela Fundação SEADE têm por base as Declarações de Óbito enviadas mensalmente pelos Cartórios de Registro Civil de todo o Estado de São Paulo. As causas de morte relativas às causas externas são atestadas por um médico!

A análise da RA Metropolitana de São Paulo mostra que o Município de São Paulo tem índice de mortes por agressões inferior à média estadual, enquanto vários outros municípios de porte da Região Metropolitana apresentavam índices extremamente relevantes, como Diadema, Osasco e Guarulhos, que pertencem ao grupo de onze municípios que podem ser classificados como críticos do ponto de vista regional. Outros oito municípios, inclusive São Bernardo do Campo e Mauá integram o grupo de situação de risco estadual.

Tabela 38

Óbitos por agressão – RA Metropolitana de São Paulo 1999 a 2001 – médias anuais

Estado, Região Administrativa e Municípios	Média dos Óbitos (1999-2001)		Proporção Média de Agressões nos Óbitos Gerais - %
	Gerais	Agressões	
Estado de São Paulo	234.180	14.806	6
Região Metropolitana de São Paulo	109.368	10.431	10
Município de São Paulo	68.285	6.017	8
Situação de Risco Estadual			9
Ferraz de Vasconcelos	789	73	9
Arujá	322	31	10
São Bernardo do Campo	3.622	350	10
Santana de Parnaíba	284	29	10
Cotia	921	95	10
Francisco Morato	656	79	12
Mauá	1.913	231	12
Embu-Guaçu	388	48	12
Situação Crítica Regional			12
Osasco	3.930	491	12
Guarulhos	5.994	785	13
Carapicuíba	1.502	199	13
Jandira	441	60	14
Barueri	1.170	163	14
Itaquaquecetuba	1.304	185	14
Taboão da Serra	1.181	173	15
Itapevi	801	122	15
Diadema	2.057	338	16
Itapeçerica da Serra	803	133	17
Embu	1.112	205	18

FONTE: Fundação SEADE; Movimento do Registro Civil. /Fundação IBGE.

(*) Os dados de óbitos produzidos pela Fundação SEADE têm por base as Declarações de Óbito enviadas mensalmente pelos Cartórios de Registro Civil de todo o Estado de São Paulo. As causas de morte relativas às causas externas são atestadas por um médico l

A Tabela 39 mostra as 24 cidades que têm índice de óbitos por agressão superior a 10. Nada menos que 16 delas situam-se na RA Metropolitana de São Paulo, sendo o quadro completado por 4 cidades na RA de Campinas, 3 na de São José dos Campos e uma na de Registro. Vale destacar, também, a expressiva presença de municípios de porte como: Diadema, Osasco, Guarulhos, São José dos Campos e Mauá.

Tabela 39**Municípios com participação de óbitos por agressão no total maior que 10% 1999 a 2001 - média**

RA	Municípios	Óbitos gerais	Óbitos por agressão	Participação percentual
Campinas	Monte Mor	220	22	10
Registro	Barra do Turvo	50	5	10
São Paulo (RM)	Santana de Parnaíba	284	29	10,21
São Paulo (RM)	Cotia	921	95	10,31
São José dos Campos	São José dos Campos	2.809	298	10,61
Campinas	Santa Maria da Serra	28	3	10,71
São José dos Campos	Caraguatatuba	491	55	11,2
São Paulo (RM)	Francisco Morato	656	79	12,04
São Paulo (RM)	Mauá	1.913	231	12,08
São José dos Campos	São Sebastião	319	39	12,23
São Paulo (RM)	Embu-Guaçu	388	48	12,37
Campinas	Sumaré	943	117	12,41
São Paulo (RM)	Osasco	3.930	491	12,49
São Paulo (RM)	Guarulhos	5.994	785	13,1
São Paulo (RM)	Carapicuíba	1.502	199	13,25
São Paulo (RM)	Jandira	441	60	13,61
São Paulo (RM)	Barueri	1.170	163	13,93
São Paulo (RM)	Itaquaquecetuba	1.304	185	14,19
Campinas	Hortolândia	678	97	14,31
São Paulo (RM)	Taboão da Serra	1.181	173	14,65
São Paulo (RM)	Itapevi	801	122	15,23
São Paulo (RM)	Diadema	2.057	338	16,43
São Paulo (RM)	Itapeçerica da Serra	803	133	16,56
São Paulo (RM)	Embu	1.112	205	18,44

FONTES: Fundação SEADE; Movimento do Registro Civil. /Fundação IBGE.

(*) Os dados de óbitos produzidos pela Fundação SEADE têm por base as Declarações de Óbito enviadas mensalmente pelos Cartórios de Registro Civil de todo o Estado de São Paulo. As causas de morte relativas às causas externas são atestadas por um médico I

PARTE II

SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

Os diagnósticos sociais do Estado e de suas regiões, sumariamente apresentados na Parte II, confirmam tanto o alto nível de desenvolvimento social já alcançado pelo Estado de São Paulo, quanto a heterogeneidade e desigualdade através da qual se realizou, deixando ainda para trás grupos populacionais importantes, muitos municípios e algumas das Regiões Administrativas.

Nesta Parte III, tratamos de sintetizar e ordenar as informações anteriormente apresentadas, de modo a descortinar as ineludíveis prioridades de investimento social que se espera orientem a ação do governo estadual no futuro próximo.

Sabidamente, diferenças em indicadores sociais básicos dificilmente se anulam totalmente, quando se referem a sociedades muito dinâmicas, de população ainda jovem e que recebem contingentes migratórios significativos, como é o caso do Estado de São Paulo. Entretanto, sabe-se também que quando se acumulam, num mesmo grupo populacional, várias situações sociais negativas ou insuficientes – definição por excelência da pobreza e do baixo nível de desenvolvimento humano -, a superação desse estado de coisas, ainda que mais difícil, é a que mais exige ação governamental decidida, persistente e sobretudo integrada, tratando de afetar simultaneamente as várias dimensões do risco social aí detectado.

A essa primeira e urgente identificação de brechas de equidade, soma-se também a outra, referida não apenas às insuficiências atuais, estimadas em termos relativos, antes às distâncias entre os indicadores sociais atuais e os que queremos atingir no futuro próximo. Em outras palavras, referem-se a parâmetros e às metas que podem conduzir a sociedade paulista como um todo a níveis efetivamente superiores de desenvolvimento humano.

Se o princípio da solidariedade encontra no primeiro plano as motivações fundamentais da ação governamental, é sobretudo a segunda dimensão que alimenta as estratégias de qualquer governo que se pretenda eficiente e efetivo em suas intervenções.

2.1. Brechas de Equidade Social: os mais significativos déficits sociais segundo as regiões administrativas do Estado de São Paulo

As desigualdades sociais presentes no Estado de São Paulo destacam-se já com alguma nitidez quando se examina a situação social de suas regiões administrativas através de indicadores sociais básicos.

O quadro 1 do anexo agrupa e registra, para o Estado e cada uma de suas 15 regiões administrativas, as médias relativas a 23 indicadores sociais, além dos demográficos. Foram aqui considerados, como se pode verificar, os mais básicos indicadores de condições sociais, referentes às condições de habitação, à educação até o nível do ensino médio, à saúde, à renda das famílias e à violência. E foram hierarquizadas, para cada indicador, as

cinco (5) regiões piores colocadas. Dessa forma, é possível verificar, de início, o acúmulo de situações de insuficiência social, acúmulo esse, como dissemos, que opera como um agravante da situação social.

Entre as 15 RAs, apenas a Região Central não se classifica entre as cinco piores em nenhum dos indicadores considerados. Todas as demais registram algum ou vários deles. Mas é exatamente em relação à incidência de classificações negativas que as 14 demais regiões diferem significativamente entre si, registrando níveis mais altos ou mais baixos de déficit social, aqui entendido pelo nível de acúmulo de situações sociais negativas.

Com efeito, três grupos de RAs se destacam com nitidez, distribuindo-se entre os níveis alto, médio e baixo de acúmulo ou déficit social. Vejamos.

Grupo 1 – Déficit social alto (entre 11 e 19 indicadores)

As RAs de **Registro**, **Sorocaba** e **Santos** destacam-se significativamente das demais por apresentarem os maiores índices de acúmulo de indicadores sociais negativos. Assim entre os 23 indicadores considerados, Registro coloca-se entre as cinco piores em relação a 19 indicadores, Sorocaba em relação a 17 vezes e Santos, a 16.

Grupo 2 - Déficit social médio (entre 6 e 10 indicadores)

Nesse grupo, classificam-se as RAs de **São José dos Campos**, com 10 indicadores; as de **Barretos** e **Presidente Prudente**, com 8 cada uma; as de **Marília** e **Franca**, com 7 cada uma, e as de **Araçatuba** e **Região Metropolitana** de São Paulo, com 6 indicadores cada uma.

Grupo 3 - Déficit social baixo

Finalmente, nesse grupo, classificam-se as RAs de **Campinas** e de **Ribeirão Preto**, com 4 indicadores cada uma, a de **Itapetininga**, a de **São José do Rio Preto**, com 2 indicadores, e a de **Bauru**, com apenas 1 indicador.

Como dissemos, a Região Central não se classifica entre as cinco piores em nenhum dos indicadores selecionados.

2.1.1. O déficit social segundo as áreas de maior incidência

É possível dar um passo adiante, para chamar a atenção para diferenças entre as RAs, mesmo aquelas agrupadas sob um mesmo nível do que aqui chamamos déficit social. Isso

porque enquanto algumas regiões concentram seus déficits em relação a indicadores de algum tipo, outros o fazem em relação a outro e, finalmente, há aquelas – poucas - que o fazem em relação a quase todos.

Sem dúvida, as RAs de Registro e Sorocaba, do Grupo 1, são as que registram posições negativas em praticamente todos os indicadores e em relação a todos os tipos. Já Santos, do mesmo grupo, não registra tão negativo desempenho nos indicadores de renda, por exemplo.

No Grupo 2, São José dos Campos destaca-se por situar-se em pior situação em relação à infra-estrutura urbana e saúde, e menos em relação aos indicadores educacionais e de renda. O déficit social das RAs de Presidente Prudente, Marília e Araçatuba deve-se sobretudo aos indicadores de renda e, em menor número, aos de infra-estrutura urbana, e muito menos, ou nada, aos de educação e saúde. Já as RAs de Barretos e de Franca, do mesmo grupo, registram piores colocações nos indicadores referentes à educação e, no caso de Barretos, também nos de saúde.

Por sua vez, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta um quadro de déficits bastante focalizado. Dos 6 indicadores nos quais se situa entre as cinco piores colocadas, 3 dizem respeito à infra-estrutura urbana e moradia, enquanto os outros 3 distribuem-se entre os de educação (1), saúde (1) e violência (1).

No Grupo 3, ao lado de Bauru e São José do Rio Preto, que apresentam respectivamente 1 e 2 indicadores de insuficiência social, estão as RAs de Ribeirão Preto e de Campinas, cada uma com 4 indicadores. As duas regiões registram posição negativa em relação ao indicador de violência e nenhuma delas registra posição negativa em relação aos indicadores de saúde e de renda, mas enquanto Ribeirão Preto mostra indicadores piores entre os educacionais, Campinas o faz em relação aos de condições de moradia.

Uma síntese das áreas de maior incidência dos *déficit* sociais, segundo as RAs do Estado, pode ser vista na tabela seguinte:

Tabela 40

Região Administrativa em Situação Crítica segundo áreas e indicadores* selecionados - 2000

RA	Ocorrência Total	Ocorrência - Educação	Ocorrência - Saúde	Ocorrência Infra-Estrutura (Coleta de Lixo, Esgoto, Abastecimento de Água)	Ocorrência Condição do Domicílio (Favela, Cortiço)	Ocorrência - Renda	Ocorrência - Violência
RA de Registro	19	7	3	3	0	6	0
RA de Sorocaba	17	7	2	2	1	5	0
RA de Santos	16	5	3	3	2	2	1
RA de São José dos Campos	10	1	3	2	1	2	1
RA de Barretos	8	5	2	0	0	1	0
RA de Presidente Prudente	8	0	0	2	0	6	0
RA de Franca	7	7	0	0	0	0	0
RA de Marília	7	1	1	0	1	4	0
RA de Araçatuba	6	1	0	1	0	4	0
Região Metropolitana de São Paulo	6	1	1	1	2	0	1
RA de Campinas	4	1	0	1	1	0	1
RA de Ribeirão Preto	4	2	0	0	1	0	1
RA de São José do Rio Preto	2	2	0	0	0	0	0
RA de Bauru	1	0	0	0	1	0	0
RA Central	0	0	0	0	0	0	0

* Vide indicadores no Quadro 1 do anexo
Fonte; Fundação SEADE

O mapa dos déficits sociais regionais, tal como aqui apresentado, para além de indicar o acúmulo relativo das carências sociais, sugerindo prioridades para a concentração do esforço público na redução das desigualdades, tem por função abrir espaço para o exame do comportamento dos indicadores sociais no interior de cada uma das regiões, de modo a que sejam também identificados os municípios situados em piores posições de risco social. É o que faremos no próximo item.

2.2. Brechas de Equidade Social: os mais significativos déficits sociais segundo a análise intra-regional

Três eixos estratégicos devem, inicialmente, concentrar de forma prioritária a ação indutiva e de intervenção do Governo de São Paulo:

- **Universalização do Acesso a Bens e Serviços Essenciais.** Trata-se aqui de articular e integrar de forma específica e segundo carências e demandas definidas territorialmente os serviços básicos de atenção à saúde, saneamento básico; infraestrutura urbana e moradia visando a universalização gradativa do acesso por parte da população de baixa renda. Isso deverá ser feito sempre que possível de forma integrada e pactuada com os municípios;

- **Geração de Renda, Emprego e Promoção Social.** Neste eixo procurar-se-á criar melhores condições de vida para a população vulnerável, através de ações combinadas de transferência de renda, geração de emprego, promoção social e agricultura familiar. Novamente aqui a especificação dos programas e suas prioridades de intervenção devem obedecer a critérios específicos de territorialização e, sempre que possível, articulados com os programas desenvolvidos nos outros eixos de intervenção;
- **Universalização do Acesso ao Ensino Médio e Profissionalizante.** Praticamente alcançada no estado a universalização do ensino fundamental – devendo ser completada naqueles municípios aonde ainda não ocorre - o foco central deste eixo é a universalização do ensino médio e acentuada ampliação da oferta pública e privada do ensino profissionalizante, sempre em acordo com as vocações econômicas das diferentes regiões do Estado de São Paulo.

Como foi visto, a avaliação regional realizada no item anterior desta Parte III mostrou que as maiores carências da população paulista têm componentes gerais, que perpassam as distintas realidades regionais, como o desemprego e ausência de acesso ao ensino médio. No entanto, várias carências da realidade social paulista têm incidências intra-regionais bem delimitadas, como a favelização, as falhas no abastecimento de água e a violência.

O planejamento das ações governamentais, nos termos acima expostos, torna importante estabelecer metas com referência estadual. No entanto, também é imperativo que as regiões de risco sejam tratadas de forma específica, e para elas sejam estabelecidas sub-metas. Essas últimas devem atender à urgência da recuperação regional, intra-regional e à realidade do atraso, justamente para possibilitar uma intervenção setorial integrada factível e passível de monitoramento e avaliação contínuos.

Dois tipos de ação podem estar associados na superação dos problemas sociais do estado. O primeiro, destinado a enfrentar nos municípios classificados em situação de risco estadual, os problemas e as carências observadas, através de conjuntos específicos de programas tendo como meta alcançar indicadores sociais que reflitam o valor médio observado no estado, isto é o valor médio estadual como piso. O segundo, objetivando eliminar as situações críticas regionais, deverá envolver atuação incisiva para reverter os

indicadores dessas cidades ao piso crítico regional, no primeiro ano, e à média regional no segundo ano.

As políticas setoriais isoladamente, como já afirmado neste documento, têm fôlego restrito quando as condições sócio-econômicas gerais da população e o desenvolvimento econômico em localidades ou regiões determinadas, apresentam problemas que inibem a eficácia das próprias políticas sociais.

Neste sentido, a identificação de áreas problema para condução integrada de várias políticas coloca-se como imperativo para dar maior eficiência às políticas e mesmo para reduzir o seu custo. Um exemplo claro disto é a realização de políticas de transferência de renda a crianças em idade escolar, residentes em localidades de reduzida capacidade de geração de renda. A associação à transferência de renda, essencial para a viabilização da apropriação dos serviços universais de educação, da indução de capacidade empreendedora e geração de renda, leva à redução da necessidade de transferência e a ganhos para a própria eficácia da política universal.

A análise que segue visa identificar intra-regionalmente as principais carências do desenvolvimento social do Estado de São Paulo segundo um conjunto específico de critérios estabelecidos para viabilizar essa identificação.

Foi selecionado um número menor de indicadores do que os utilizados na análise das regiões do estado e definiu-se, para cada um deles, um patamar abaixo do qual considerou-se o município dentro da região em situação de risco⁷. Os parâmetros utilizados na análise foram:

- a) Para a mortalidade infantil foram identificados os municípios que tiveram índice superior em 30% à média estadual;
- b) Para o desemprego foram identificados os municípios que superaram a média estadual;

⁷ Os indicadores selecionados foram: a taxa de mortalidade infantil para mil nascidos vivos (média de 1999-2001); a taxa de desemprego; o fator de escolaridade utilizado na elaboração do Índice Paulista de Responsabilidade Social para o ano 2000 e que combina de forma ponderada vários indicadores educacionais; percentual de crianças até 14 anos em famílias com renda domiciliar até 2 SM sobre população total na faixa etária; percentual de famílias com rendimento até 2 SM sobre o total de famílias; percentual de favelas, cortiços e domicílios improvisados sobre o total de domicílios urbanos; percentual de domicílios urbanos com abastecimento de água e rede de esgoto inadequados sobre o total de domicílios urbanos; percentual de óbitos por agressão sobre o total geral de óbitos.

- c) Para a escolaridade, tendo em conta que o escore estadual, obtido para cálculo do IPRS 2000 é de 87, foram tomados os municípios com índices inferiores a 80, dado enorme rol de municípios que se situa abaixo da média;
- d) No que diz respeito à participação dos menores de 14 anos em famílias com renda de até dois salários mínimos no total da população de faixa etária de até 14 anos: foram identificados os municípios com índices superiores em 45%, relativamente à média estadual;
- e) Para a participação de favelas, cortiços e domicílios improvisados no total dos domicílios urbanos foram identificados os 100 piores casos, dado que a utilização da média estadual reduziria artificialmente as situações de carência municipal;
- f) Para a participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado no total de domicílios urbanos foram identificados os municípios com inadequação registrada 45% superior à média estadual;
- g) Para a participação de domicílios com abastecimento de água inadequado, no total de domicílios urbanos foram identificados os municípios com inadequação registrada 45% superior à média estadual;
- h) Para a participação das famílias com renda de até dois salários mínimos no total das famílias foram identificados os municípios com índices superiores em 70% à média estadual;
- i) Para a participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais: foram identificados os 100 municípios de piores índices.

Vale notar que a construção dos indicadores acima descritos tentou abarcar os casos críticos frente às médias estaduais e, ao mesmo tempo, identificar os piores casos. Por isso, em nenhum dos indicadores foram arrolados menos que 100 municípios.

2.2.1. Uma síntese das Carências Regionais e Intra-Regionais

A distribuição, entre as distintas regiões administrativas do estado, dos municípios em situação de risco pode ser avaliada por meio da Tabela 41 e 42. Um primeiro aspecto a destacar é a forte carência de infra-estrutura urbana em água e esgoto, dado que a inadequação dos serviços é majoritária nas RA de Santos, Registro, Baixada Santista e São

Paulo. Enquanto isto, a questão de moradia afeta basicamente Santos e a Região Metropolitana.

Um segundo aspecto refere-se à taxa de escolaridade, onde os municípios têm majoritariamente problemas nas RA de Santos, Registro, Franca, São José dos Campos e Sorocaba. No que diz respeito aos menores de 14 anos que vivem em famílias de renda até 2 salários mínimos, a RA de Registro é o grande problema, sendo que Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba apresentam esta vulnerabilidade em mais que 50% de seus municípios.

Um terceiro ponto a destacar é a forte heterogeneidade regional nas questões de renda e desemprego. Neste último indicador as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista têm o tema como situação de risco quase universal entre seus municípios. Já no campo da carência de renda, definida a partir da participação da renda das famílias que ganham até 2 mínimos no total das famílias, Registro e Presidente Prudente atinge os mais deteriorados patamares.

Por fim, cabe avaliar as questões da mortalidade infantil e da violência. No caso da mortalidade infantil, a situação desastrosa é da Baixada Santista, onde 55% dos municípios estão em situação de risco. No caso das mortes por agressões, a situação mãos delicada é a de Registro, onde 42,9% dos municípios estão em situação de risco.

A seguir, os principais elementos para o entendimento das situações intra-regionais são destacados.

Tabela 41

Distribuição dos municípios por critérios de risco e região administrativa

Regiões Administrativas	Número de Municípios	Em participação percentual								
		Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Part. de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Part. de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Part. de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Part. das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	645	144	124	264	248	100	142	143	233	102
R.A. Central	26	3	3	7	3	2	0	0	2	3
R.A. de Marília	51	15	4	21	26	6	3	7	22	7
R.A. de Presidente Prudente	53	12	7	10	39	3	20	10	36	9
R.A. de Campinas	90	16	7	37	11	16	13	22	9	16
R.A. de Registro	14	3	8	11	13	3	7	9	11	6
R.M. da Baixada Santista	9	5	7	6	2	7	7	6	1	0
R.A. de São José dos Campos	39	8	15	25	18	4	18	17	16	5
R.A. de Sorocaba	79	24	18	53	37	17	24	33	39	13
R.A. de Ribeirão Preto	25	1	6	11	3	5	1	2	3	4
R.A. de Bauru	39	15	2	18	10	0	4	3	7	4
R.A. de São José do Rio Preto	96	16	10	19	49	4	10	5	48	21
R.A. de Araçatuba	43	9	4	6	22	5	7	4	23	6
R.A. de Barretos	19	6	1	6	4	1	0	2	3	3
R.A. de Franca	23	5	0	15	5	0	1	2	7	1
R.M. de São Paulo	39	6	32	19	6	27	27	21	6	4

Tabela 42

Participação percentual dos municípios paulistas segundo critérios de risco em cada região administrativa

Regiões Administrativas	Número de Municípios	Em participação percentual								
		Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Part. de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Part. de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Part. de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Part. das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	645	22,3	19,2	40,9	38,4	15,5	22,0	22,2	36,1	15,8
R.A. Central	26	11,5	11,5	26,9	11,5	7,7	0,0	0,0	7,7	11,5
R.A. de Marília	51	29,4	7,8	41,2	51,0	11,8	5,9	13,7	43,1	13,7
R.A. de Presidente Prudente	53	22,6	13,2	18,9	73,6	5,7	37,7	18,9	67,9	17,0
R.A. de Campinas	90	17,8	7,8	41,1	12,2	17,8	14,4	24,4	10,0	17,8
R.A. de Registro	14	21,4	57,1	78,6	92,9	21,4	50,0	64,3	78,6	42,9
R.M. da Baixada Santista	9	55,6	77,8	66,7	22,2	77,8	77,8	66,7	11,1	0,0
R.A. de São José dos Campos	39	20,5	38,5	64,1	46,2	10,3	46,2	43,6	41,0	12,8
R.A. de Sorocaba	79	30,4	22,8	67,1	46,8	21,5	30,4	41,8	49,4	16,5
R.A. de Ribeirão Preto	25	4,0	24,0	44,0	12,0	20,0	4,0	8,0	12,0	16,0
R.A. de Bauru	39	38,5	5,1	46,2	25,6	0,0	10,3	7,7	17,9	10,3
R.A. de São José do Rio Preto	96	16,7	10,4	19,8	51,0	4,2	10,4	5,2	50,0	21,9
R.A. de Araçatuba	43	20,9	9,3	14,0	51,2	11,6	16,3	9,3	53,5	14,0
R.A. de Barretos	19	31,6	5,3	31,6	21,1	5,3	0,0	10,5	15,8	15,8
R.A. de Franca	23	21,7	0,0	65,2	21,7	0,0	4,3	8,7	30,4	4,3
R.M. de São Paulo	39	15,4	82,1	48,7	15,4	69,2	69,2	53,8	15,4	10,3

2.2.2. Principais questões em cada Região Administrativa

RM da Baixada Santista (Tabela 1 do Anexo)

Os nove municípios da Região apresentam problemas em algum dos indicadores utilizados aqui para mensurar situações de risco. Apenas no caso da violência os municípios da baixada santista apresentam indicadores que os colocam fora da faixa considerada crítica. Santos e Bertioga apresentam carências e problemas mais facilmente isoláveis. Santos aparece com clareza como o município com melhores indicadores sociais na região. Possui um problema localizado e que diz respeito às condições habitacionais de parcela da população que se localiza em favelas, cortiços e domicílios considerados como inadequados para a moradia. Bertioga possui um problema de envergadura no caso de domicílios inadequados associado a problemas de abastecimento de água. Ainda apresenta problemas de escolaridade, principalmente se essa situação for comparada com a do município pólo da região, Santos. Mongaguá é, no espectro oposto a Santos, o município em pior situação social: encontra-se em situação de risco em 8 das nove dimensões consideradas a partir dos indicadores selecionados. Vale destacar que 5 municípios encontram-se, simultaneamente, em 5 ou mais situações de risco, com destaque para problemas na condição do domicílio e de abastecimento de água e saneamento.

RA de Campinas (Tabela 2 do Anexo)

Dos 90 municípios pertencentes à Região, 69 foram identificados em algum dos critérios de risco. O maior problema é, sem dúvida, a questão da escolaridade, onde 39 municípios encontram-se em situação de vulnerabilidade. O abastecimento de água revelou-se como segundo problema da região, sendo verificada situação de risco em 22 casos. Num terceiro patamar aparecem a inadequação das condições de moradia, a mortalidade infantil e a violência, todos em 16 municipalidades. Ao mesmo tempo, desemprego e renda são os critérios com menor incidência. Neste sentido, vale observar que a mortalidade infantil parece muito mais ligada à infra-estrutura urbana que às condições de renda da região.

É importante ressaltar que os municípios da região têm problemas específicos, não sendo caracterizados por situações de carência generalizada, não havendo grande correlação entre os distintos indicadores. Prova disto é que apenas seis municípios são identificados, simultaneamente, em no mínimo quatro critérios de risco. A posição de maior vulnerabilidade fica para Monte Mor, Piracaia e Nazaré Paulista, identificados em cinco critérios.

RA de Araçatuba (Tabela 3 do Anexo)

A Região é composta por 43 municípios, sendo que 35 apresentam pelo menos um indicadores que caracteriza situação de risco. A vulnerabilidade em termos de renda familiar e número de menores de 14 anos pertencentes a famílias com renda inferior a dois salários mínimos, atinge a 22 municípios.

Numa posição confortável situam-se as situações de emprego, abastecimento de água e condições de moradia, com ocorrências em apenas quatro cidades, cada.

No que diz respeito aos municípios, os casos críticos também encontram distribuição marcadamente pontual, sendo que apenas três casos apresentam a justaposição de quatro indicadores de situação de risco: Lourdes, Itapura e Avanhandava, sempre com destaque para a questão da renda.

RA Central (Tabela 4 do Anexo)

Dentre os 26 municípios que compõem a região, pouco mais da metade (14), apresentam ao menos um dos indicadores de situação de risco. A taxa de escolaridade apresenta-se como principal problema, com 7 municípios, enquanto questões de esgotamento sanitário e abastecimento de água nem se colocam. No que diz respeito aos outros indicadores, cada um aparece em até três municípios.

Quanto aos municípios individualmente, apenas Dobrada, enquadrada em quatro situações de risco, e Boa Esperança do Sul, em três casos, apresentam concentração relativa de carências expressiva.

RA Metropolitana de São Paulo (Tabela 5 do Anexo)

Dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, nada menos que 37 foram arrolados em algum dos critérios de risco, inclusive a capital do Estado. A questão mais dramática é o desemprego, onde 32 municípios aparecem em situação de risco. Empatados em segundo lugar aparecem condições físicas de moradia e esgotamento sanitário, cada um em 27 cidades. A inadequação de abastecimento de água aparece em 21 municípios.

É importante notar que violência, renda, crianças em famílias pobres e mortalidade infantil são problemas nitidamente menos difundidos que os acima indicados.

Na análise individualizada dos municípios é fundamental notar a concentração de carências generalizadas. Em nada menos que 16 municípios, ao menos cinco situações de risco aparecem em simultâneo, com uma explícita associação do desemprego às condições de carência de infra-estrutura urbana. Este quadro de emergência focalizada requer

intervenções concentradas no tempo, com envolvimento das várias áreas governamentais em atuação integrada.

RA de Barretos (Tabela 6 do Anexo)

Dos 19 municípios que compõem a região de Barretos, 14 aparecem identificados em ao menos um dos critérios de risco. O destaque negativo fica para escolaridade e mortalidade infantil, com 6 ocorrências, em cada caso. Em segundo lugar, aparece o critério de crianças em famílias pobres, com 4 ocorrências. Vale notar que a questão de esgotamento sanitário não aparece e o desemprego só aflige a um município.

Numa ótica individualizada, é possível verificar que Embaúba, Jaborandi e Colômbia apresentam situações de risco em quatro indicadores, cada, associando renda, mortalidade infantil e crianças em famílias com renda de até dois salários mínimos.

RA de Presidente Prudente (Tabela 7 do Anexo)

Dos 53 municípios que compõem a região, 44 apresentam situação de risco em pelo menos um dos indicadores aqui identificados. A renda configura-se como principal problema regional. São 35 os municípios em situação de risco no que diz respeito aos indicadores de menores de 14 anos em famílias de renda inferior a 2 salários mínimos. Ao mesmo tempo, 31 municípios apresentam situação de risco no indicador de número de famílias com renda inferior a 2 mínimos. A questão da inadequação do esgotamento sanitário aparece em 20 municípios e também é expressiva. Por outro lado, a situação das moradias e o desemprego não aparecem como problemas de destaque.

Do ponto de vista da concentração de indicadores negativos em municípios específicos, a região demonstra uma tendência para situações de carência generalizada num conjunto de suas cidades. Em 12 municípios, 4 indicadores aparecem simultaneamente, o que, especialmente tendo em vista as especificidades da região, não deixa de ser significativo.

RA de Registro (Tabela 8 do Anexo)

Todos os 14 municípios da região estão classificados entre as situações de risco, na forma definida pelos indicadores. Mais que isto, nenhum município apresenta menos que três situações de risco. O pólo regional, Registro, só não está em situação de risco em mortalidade infantil e moradia inadequada.

O indicador que apresenta a situação mais dramática é aquele que aponta o percentual de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 salários mínimos: 12 dos 14 municípios

estão em situação de risco. A análise da renda das famílias mostra que considerando o indicador de famílias com renda até 2 mínimos teremos 10 cidades da região em situação de risco pelos parâmetros aqui definidos, nível igualado pelas situações de risco encontradas na área de educação. Vale frisar que ainda no que tange a água, esgoto, desemprego e violência mais da metade da região apresenta situação de risco.

A análise individualizada dos municípios mostra que os problemas da região são tão abrangentes que só uma ação integrada de políticas de renda, infra-estrutura e desenvolvimento econômico poderá encaminhar o seu resgate da atual situação de carência.

RA de Bauru (Tabela 9 do Anexo)

Dos 39 municípios que compõem a região, 27 apresentam ao menos um indicador de municípios em situação de risco. A análise da realidade regional aponta diferenças expressivas frente a outras regiões do estado. Embora RA de Bauru não apresente inadequações no campo das moradias e tenha índices bons em termos de esgoto, água, violência e desemprego, os resultados das políticas universais de saúde e educação se mostram muito insatisfatórios. Existem 18 municípios com escolaridade abaixo do parâmetro estipulado e 15 com níveis de mortalidade infantil muito altos. Em relação a esse indicador configura-se uma situação muito pior que outros locais considerados mais carentes em termos gerais.

Na análise específica dos municípios um pequeno grupo de 4 cidades apresenta quatro, ou mais, indicadores apontando situações de risco (Ubirajara, Guaimbê, Guarantã e Guaiçara), caracterizando carências abrangentes, com destaque para educação, saúde e renda. Nos demais casos, as questões de saúde e educação seguem sendo as cruciais.

RA de Sorocaba (Tabela 10 do Anexo)

É de 74 municípios (em 79 existentes) o conjunto de casos onde pelo menos um indicador aponta a existência situações de risco na RA de Sorocaba. A principal fragilidade aparece na área da educação, onde 53 cidades estão em situação de risco. A seguir, a renda e a situação das crianças em famílias de renda inferior a dois salários mínimos são os determinantes de situações de risco generalizadas, aparecendo em 40 e 37 casos, respectivamente. O abastecimento de água aparece com certa força e é importante notar que a presença de todos os outros indicadores é expressiva, inclusive a violência.

No tocante à análise da amplitude dos indicadores, na ótica dos municípios, o ponto que merece destaque é a grande quantidade municípios com mais de quatro indicadores sinalizando situação de risco. Dos 79 municípios, não menos que 39 estão nessa condição

apontando para uma possível associação, forte, entre debilidade na geração de renda e indicadores de saúde e educação.

RA de Ribeirão Preto (Tabela 11 do Anexo)

É relativamente pequena a presença de municípios com indicadores que apontem para a existência de situação de risco no conjunto da região: 14 em 25 municípios. A falta de escolaridade desponta como principal problema (11 municípios), seguida do desemprego (6 casos) e da inadequação de moradias urbanas. Vale notar que, em termos relativos, a violência tem presença importante (4 municípios).

Na análise específica dos municípios, apenas 5 deles apresentam incidência de 3 ou mais indicadores apontando situações de risco simultaneamente. De forma geral, os problemas indicam situação a ser de debilidades setorial ao invés de carência generalizada.

RA de São José do Rio Preto (Tabela 12 do Anexo)

Dos 96 municípios que compõem a RA de São José do Rio Preto, 72 apresentam pelo menos um indicador de situação de risco. Os grandes problemas da região são a renda das famílias e a presença de menores de 14 anos em famílias pobres, que estão presentes em 48 e 49 cidades, respectivamente, com forte correlação.

Importante frisar que a violência é bastante marcante nos indicadores regionais, dado que a situação de risco é verificável em 19 cidades, superando a mortalidade infantil (16 casos) e todos os demais, por larga margem.

Sob a ótica municipal, é visível o caráter pouco abrangente das situações de risco para os municípios. Em 16 casos, frente a 96 cidades da RA, há simultaneidade de pelo menos quatro indicadores de risco, em geral associando as questões de renda e menores em famílias pobres e, a partir daí, subdividindo-se em dois ramos: um pela mortalidade infantil e outro pela violência.

RA de Marília (Tabela 13 do Anexo)

Dos 51 municípios que compõem a região, 39 apresentam pelo menos um indicador de situação de risco. A situação mais grave é a dos menores de 14 anos em famílias de renda inferior a dois mínimos, com 26 municípios, seguida das famílias com renda inferior a dois mínimos (22 casos), dado que os dois indicadores possuem indiscutível correlação. Num patamar inferior, aparecem os dois indicadores relacionados às políticas de corte universal,

saúde e educação. As questões habitacionais e o desemprego não são relevantes, perdendo até para a violência.

Em 12 municípios é identificável um nível de carência que abrange vários campos da condição de vida da população, sendo que em vários outros os problemas parecem muito mais pontuais do que gerais.

RA de Franca (Tabela 14 do Anexo)

Em 16 dos 23 municípios da RA de Franca observa-se a existência de situações de risco, pelos parâmetros aqui propostos, em pelo menos um item. A questão da escolaridade está presente em 15 municípios e vem secundada pela vulnerabilidade dos menores de 14 anos em famílias pobres e pela carência de renda das famílias.

A mortalidade infantil é um problema expressivo, mas não aparece associada muito estritamente aos outros indicadores de risco, como seria de se esperar. Vale observar que as condições e infra-estrutura urbana parecem bem atendidas.

Os municípios de Rufaina, Jeriquara e Miguelópolis apresentam amplo espectro de carências, ao contrário dos restantes, onde se verifica uma associação de situações de risco às questões de falta de escolaridade e de carência de renda.

RA de São José dos Campos (Tabela 15 do Anexo)

Dos 39 municípios que compõem a RA de São José dos Campos, 38 aparecem com ao menos uma situação de risco. Em 25 municípios, a taxa de escolaridade apresenta-se em situação crítica. O segundo grupo de problemas se apresenta na área do tratamento de esgoto e do abastecimento de água. Quase da mesma magnitude é a questão dos menores de 14 anos em famílias pobres. Vale ressaltar que as condições de moradia representam a melhor avaliação regional.

No âmbito da análise dos municípios, é importante destacar que 15 cidades possuem quatro ou mais indicadores críticos, demonstrando expressiva abrangência de problemas, que somente poderão ser equacionados com políticas integradas de renda, emprego e construção de infra-estrutura urbana.

ANEXOS

Quadro 1 - Estado de São Paulo

Taxas Sociais - Base de Dados 2000

Região Administrativa em Situação Crítica conforme indicadores selecionados

Estado e Região Administrativa	Educação							
	Taxa de Atendimento Educação Infantil - %	Taxa de Analfabetismo da População Total de 20 a 39 anos - %	Percentual das Pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental sobre a População Total	Percentual das Pessoas que não concluíram o Ensino Médio sobre a População Total	Percentual de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental -2000	Percentual de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio	Percentual de jovens de 10 a 14 anos com mais de 1 ano de estudo	Percentual de jovens de 15 a 24 anos com mais de 1 ano de estudo
Estado de São Paulo	31,08	3,23	36,56	44,77	65,56	44,61	95,74	96,62
RA Central	41,88	3,47	39,39	47,30	69,93	45,00	96,30	96,62
RA de Araçatuba	39,98	2,78	40,43	47,96	72,10	47,46	96,55	96,91
RA de Barretos	30,77	3,82	42,91	49,04	66,25	42,10	96,74	97,01
RA de Bauru	40,82	3,25	40,20	47,49	66,30	42,66	96,33	96,90
RA de Campinas	34,09	2,99	38,64	46,90	65,51	42,75	95,61	96,75
RA de Franca	31,43	3,66	42,16	48,20	62,08	40,62	95,14	96,22
RA de Marília	42,63	3,30	41,10	47,83	66,49	44,43	96,13	96,52
RA de Presidente Prudente	32,97	3,34	40,71	47,54	71,28	46,13	96,65	97,09
RA de Registro	19,99	5,22	43,00	46,91	54,51	32,59	93,95	95,34
RA de Ribeirão Preto	32,90	3,62	38,34	45,49	64,86	43,36	96,20	96,41
RA de Santos	31,33	3,84	35,35	44,36	62,06	42,11	95,55	96,51
RA de São José do Rio Preto	39,44	2,89	42,53	49,25	71,77	48,07	96,36	96,86
RA de São José dos Campos	28,29	2,88	34,73	43,26	67,01	45,14	95,96	96,95
RA de Sorocaba	30,81	3,85	41,40	47,46	60,29	36,88	95,43	96,29
Região Metropolitana de São Paulo	28,34	3,16	33,70	42,68	65,56	46,41	95,63	96,59

Indicador	RA com MENOR Taxa de Atendimento Educação Infantil - %	RA com MAIOR Taxa de Analfabetismo da População Total de 20 a 39 anos - %	RA com MAIOR Percentual das Pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental sobre a População Total	RA com MAIOR Percentual das Pessoas que não concluíram o Ensino Médio sobre a População Total	RA com MENOR Percentual de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental - 2000	RA com MENOR Percentual de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio	RA com MENOR Percentual de jovens de 10 a 14 anos com mais de 1 ano de estudo	RA com MENOR Percentual de jovens de 15 a 24 anos com mais de 1 ano de estudo
RA	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro	RA de São José do Rio Preto	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro
	RA de São José dos Campos	RA de Sorocaba	RA de Barretos	RA de Barretos	RA de Sorocaba	RA de Sorocaba	RA de Franca	RA de Franca
	Região Metropolitana de São Paulo	RA de Santos	RA de São José do Rio Preto	RA de Franca	RA de Santos	RA de Franca	RA de Sorocaba	RA de Sorocaba
	RA de Barretos	RA de Barretos	RA de Franca	RA de Araçatuba	RA de Franca	RA de Barretos	RA de Santos	RA de Ribeirão Preto
	RA de Sorocaba	RA de Franca	RA de Sorocaba	RA de Marília	RA de Ribeirão Preto	RA de Santos	RA de Campinas	RA de Santos

RA	Ocorrência Total	RA	Ocorrência - Educação
RA de Registro	19	RA de Franca	7
RA de Sorocaba	17	RA de Registro	7
RA de Santos	16	RA de Sorocaba	7
RA de São José dos Campos	10	RA de Barretos	5
RA de Barretos	8	RA de Santos	5
RA de Presidente Prudente	8	RA de Ribeirão Preto	2
RA de Franca	7	RA de São José do Rio Preto	2
RA de Marília	7	RA de Araçatuba	1
RA de Araçatuba	6	RA de Campinas	1
Região Metropolitana de São Paulo	6	RA de Marília	1
RA de Campinas	4	RA de São José dos Campos	1
RA de Ribeirão Preto	4	Região Metropolitana de São Paulo	1
RA de São José do Rio Preto	2	RA Central	0
RA de Bauru	1	RA de Bauru	0
RA Central	0	RA de Presidente Prudente	0

Fonte: Fundação SEADE

Quadro 1 A - Estado de São Paulo

Taxas Sociais - Base de Dados 2000

Região Administrativa em Situação Crítica conforme indicadores selecionados

Estado e Região Administrativa	Saúde			Habitação				
	Taxa de Mortalidade Perinatal - %	Taxa de Mortalidade Infantil - %	Esperança de Vida ao Nascer (e0) - 2000	Participação de Domicílios com Coleta de Lixo Inadequado em Domicílios Urbanos - %	Participação de Domicílios com Esgoto Inadequado em Domicílios Urbanos - %	Participação de Domicílios com Abastecimento de Água Inadequado em Domicílios Urbanos - %	Participação de Favela nos Domicílios Urbanos - %	Participação de Cortiço nos Domicílios Urbanos - %
Estado de São Paulo	18,53	16,87	70,98	1,10	8,11	3,61	4,90	1,25
RA Central	16,54	12,94	72,56	0,50	0,73	0,87	0,00	0,62
RA de Araçatuba	18,27	15,43	73,12	1,20	3,94	2,05	0,03	0,61
RA de Barretos	19,21	17,67	71,75	0,75	0,82	1,77	0,00	0,73
RA de Bauru	18,00	17,42	71,67	1,13	1,88	1,94	0,55	0,61
RA de Campinas	16,83	15,12	71,87	1,15	6,40	4,57	2,91	0,83
RA de Franca	19,07	16,48	72,68	0,56	0,58	1,71	0,00	0,46
RA de Marília	19,27	16,84	72,63	1,11	2,87	2,05	0,38	0,65
RA de Presidente Prudente	19,00	16,41	73,01	1,80	9,81	2,75	0,23	0,53
RA de Registro	23,18	19,70	70,46	4,27	14,09	7,32	0,00	0,85
RA de Ribeirão Preto	13,77	12,82	71,76	0,64	1,55	2,29	0,24	1,01
RA de Santos	23,00	21,17	68,76	1,29	14,31	5,41	11,21	1,71
RA de São José do Rio Preto	15,41	13,24	73,47	0,68	2,16	2,74	0,08	0,47
RA de São José dos Campos	21,87	17,53	70,62	1,19	7,60	6,07	0,30	0,93
RA de Sorocaba	17,85	19,99	70,72	1,50	5,44	3,95	0,27	0,98
Região Metropolitana de São Paulo	18,18	16,92	70,29	1,06	10,69	3,46	8,01	1,66

Indicador	RA com MAIOR Taxa de Mortalidade Perinatal - %	RA com MAIOR Taxa de Mortalidade Infantil - %	RA com MENOR Esperança de Vida ao Nascer (e0) - 2000	RA com MAIOR Participação de Domicílios com Coleta de Lixo Inadequado em Domicílios Urbanos - %	RA com MAIOR Participação de Domicílios com Esgoto Inadequado em Domicílios Urbanos - %	RA com MAIOR Participação de Domicílios com Abastecimento de Água Inadequado em Domicílios Urbanos - %	RA com MAIOR Participação de Favela nos Domicílios Urbanos - %	RA com MAIOR Participação de Cortiço nos Domicílios Urbanos - %
RA	RA de Registro	RA de Santos	RA de Santos	RA de Registro	RA de Santos	RA de Registro	RA de Santos	RA de Santos
	RA de Santos	RA de Sorocaba	Região Metropolitana de São Paulo	RA de Presidente Prudente	RA de Registro	RA de São José dos Campos	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana de São Paulo
	RA de São José dos Campos	RA de Registro	RA de Registro	RA de Sorocaba	Região Metropolitana de São Paulo	RA de Santos	RA de Campinas	RA de Ribeirão Preto
	RA de Marília	RA de Barretos	RA de São José dos Campos	RA de Santos	RA de Presidente Prudente	RA de Campinas	RA de Bauru	RA de Sorocaba
	RA de Barretos	RA de São José dos Campos	RA de Sorocaba	RA de Araçatuba	RA de São José dos Campos	RA de Sorocaba	RA de Marília	RA de São José dos Campos

RA	Ocorrência Total	RA	Ocorrência - Saúde
RA de Registro	19	RA de Registro	3
RA de Sorocaba	17	RA de Santos	3
RA de Santos	16	RA de São José dos Campos	3
RA de S. José dos Campos	10	RA de Barretos	2
RA de Barretos	8	RA de Sorocaba	2
RA de Presidente Prudente	8	RA de Marília	1
RA de Franca	7	Região Metropolitana de São Paulo	1
RA de Marília	7	RA Central	0
RA de Araçatuba	6	RA de Araçatuba	0
Região Metropolitana de SP	6	RA de Bauru	0
RA de Campinas	4	RA de Campinas	0
RA de Ribeirão Preto	4	RA de Franca	0
RA de S. J. do Rio Preto	2	RA de Presidente Prudente	0
RA de Bauru	1	RA de Ribeirão Preto	0
RA Central	0	RA de São José do Rio Preto	0

RA	Ocorrência Infra-Estrutura (Coleta de Lixo, Esgoto, Abastecimento de Água)
RA de Registro	3
RA de Santos	3
RA de Presidente Prudente	2
RA de S. José dos Campos	2
RA de Sorocaba	2
RA de Araçatuba	1
RA de Campinas	1
Região Metropolitana de SP	1
RA Central	0
RA de Barretos	0
RA de Bauru	0
RA de Franca	0
RA de Marília	0
RA de Ribeirão Preto	0
RA de S. José do Rio Preto	0

RA	Ocorrência Condição do Domicílio (Favela, Cortiço)
RA de Santos	2
RM de São Paulo	2
RA de Bauru	1
RA de Campinas	1
RA de Marília	1
RA de Ribeirão Preto	1
RA de São José dos Campos	1
RA de Sorocaba	1
RA Central	0
RA de Araçatuba	0
RA de Barretos	0
RA de Franca	0
RA de Presidente Prudente	0
RA de Registro	0
RA de São José do Rio Preto	0

Fonte: Fundação SEADE

Quadro 1 B - Estado de São Paulo

Taxas Sociais - Base de Dados 2000

Região Administrativa em Situação Crítica conforme indicadores selecionados

Estado e Região Administrativa	Renda						Violência
	Participação de Famílias com até 1 SM no Total de Famílias do município - %	Participação de Famílias com até 2 SM no Total de Famílias do município - %	Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias com Pessoas até 14 anos com até 1 SM - %	Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias com Pessoas até 14 anos com até 2 SM - %	Participação de Pessoas entre 15 e 18 anos em Famílias com Pessoas entre 15 e 18 anos com até 1 SM - %	Participação de Pessoas entre 15 e 18 anos em Famílias com Pessoas entre 15 e 18 anos com até 2 SM - %	Taxa Média de Óbito de Agressões (por 100.000 habitantes) - 1999-2001
Estado de São Paulo	9,55	19,28	10,45	21,69	6,98	14,80	141,86
RA Central	8,2	19,1	8,5	20,9	5,7	14,2	45,00
RA de Araçatuba	11,6	26,0	10,9	26,1	6,7	17,4	79,60
RA de Barretos	11,2	25,2	10,0	24,8	6,7	16,9	25,15
RA de Bauru	9,1	20,0	8,9	20,2	5,6	13,7	24,74
RA de Campinas	7,5	16,2	7,8	17,5	5,1	11,2	85,99
RA de Franca	8,6	20,6	7,2	19,4	4,9	12,1	23,89
RA de Marília	11,4	25,4	10,2	25,6	7,0	18,1	32,80
RA de Presidente Prudente	14,7	30,9	13,9	31,7	10,5	23,0	33,62
RA de Registro	20,9	40,3	22,3	44,6	14,7	32,7	49,05
RA de Ribeirão Preto	8,1	16,9	7,7	18,0	5,3	11,7	102,40
RA de Santos	10,3	19,1	12,5	23,1	9,2	16,6	189,49
RA de São José do Rio Preto	10,4	23,8	8,8	22,6	6,2	15,7	28,60
RA de São José dos Campos	11,2	22,1	12,4	24,9	7,5	16,1	119,61
RA de Sorocaba	11,7	25,1	12,1	27,3	8,3	18,9	51,84
Região Metropolitana de São Paulo	9,2	17,3	10,8	20,7	7,2	14,3	212,38

Indicador	RA com MAIOR Participação de Famílias com até 1 SM no Total de Famílias do município - %	RA com MAIOR Participação de Famílias com até 2 SM no Total de Famílias do município - %	RA com MAIOR Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias com Pessoas até 14 anos com até 1 SM - %	RA com MAIOR Participação de Pessoas até 14 anos em Famílias com Pessoas até 14 anos com até 2 SM - %	RA com MAIOR Participação de Pessoas entre 15 e 18 anos em Famílias com Pessoas entre 15 e 18 anos com até 1 SM - %	RA com MAIOR Participação de Pessoas entre 15 e 18 anos em Famílias com Pessoas entre 15 e 18 anos com até 2 SM - %	RA com MAIOR Taxa Média de Óbito de Agressões (por 100.000 habitantes) - 1999-2001
RA	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro	RA de Registro	Região Metropolitana de SP
	RA de Presidente Prudente	RA de Presidente Prudente	RA de Presidente Prudente	RA de Presidente Prudente	RA de Presidente Prudente	RA de Presidente Prudente	RA de Santos
	RA de Sorocaba	RA de Araçatuba	RA de Santos	RA de Sorocaba	RA de Santos	RA de Sorocaba	RA de São José dos Campos
	RA de Araçatuba	RA de Marília	RA de São José dos Campos	RA de Araçatuba	RA de Sorocaba	RA de Marília	RA de Ribeirão Preto
	RA de Marília	RA de Barretos	RA de Sorocaba	RA de Marília	RA de São José dos Campos	RA de Araçatuba	RA de Campinas

RA	Ocorrência Total	RA	Ocorrência - Renda
RA de Registro	19	RA de Presidente Prudente	6
RA de Sorocaba	17	RA de Registro	6
RA de Santos	16	RA de Sorocaba	5
RA de São José dos Campos	10	RA de Araçatuba	4
RA de Barretos	8	RA de Marília	4
RA de Presidente Prudente	8	RA de Santos	2
RA de Franca	7	RA de São José dos Campos	2
RA de Marília	7	RA de Barretos	1
RA de Araçatuba	6	RA Central	0
Região Metropolitana de São Paulo	6	RA de Bauru	0
RA de Campinas	4	RA de Campinas	0
RA de Ribeirão Preto	4	RA de Franca	0
RA de São José do Rio Preto	2	RA de Ribeirão Preto	0
RA de Bauru	1	RA de São José do Rio Preto	0
RA Central	0	Região Metropolitana de São Paulo	0

RA	Ocorrência - Violência
RA de Campinas	1
RA de Ribeirão Preto	1
RA de Santos	1
RA de São José dos Campos	1
Região Metropolitana de São Paulo	1
RA Central	0
RA de Araçatuba	0
RA de Barretos	0
RA de Bauru	0
RA de Franca	0
RA de Marília	0
RA de Presidente Prudente	0
RA de Registro	0
RA de São José do Rio Preto	0
RA de Sorocaba	0

Fonte: Fundação SEADE

SANTOS

Tabela 1

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Metropolitana da Baixada Santista
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Bertioga	14,90	16,37	69	17,91	21,12	11,22	10,59	17,0	4,27
Cubatão	19,61	24,81	73	24,59	33,85	31,31	17,40	21,2	3,82
Guarujá	19,19	21,77	73	25,08	31,48	19,99	9,09	19,9	1,44
Itanhaém	24,45	22,16	79	32,25	0,99	18,12	16,58	26,7	2,16
Mongaguá	29,97	24,80	71	34,72	3,25	16,16	9,16	31,96	3,37
Peruíbe	23,88	26,54	76	30,80	1,98	20,05	11,88	24,1	1,73
Praia Grande	25,17	22,62	80	23,36	2,51	16,01	2,43	19,4	2,84
Santos	17,02	16,97	94	15,21	6,67	4,88	1,33	11,0	1,18
São Vicente	23,83	23,32	85	23,66	12,73	15,11	1,53	20,3	1,75

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

CAMPINAS

Tabela 2

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Campinas
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade e Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de S. Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Aguai	16,31	12,11	76	24,12	1,17	0,90	1,07	24,2	5,12
Águas de Lindóia	14,89	8,90	86	19,04	0,99	6,99	6,42	18,2	3,79
Artur Nogueira	15,01	13,81	76	17,09	0,52	0,51	2,09	18,7	6,41
Atibaia	17,07	10,63	75	16,98	2,83	28,22	26,70	15,3	4,53
Bom Jesus dos Perdões	25,28	12,98	66	19,83	1,97	4,71	4,61	17,8	2,13
Bragança Paulista	22,69	14,56	82	17,94	1,19	7,22	5,93	17,7	2,23
Brotas	26,97	12,46	82	22,63	1,47	0,00	1,78	23,0	1,38
Caconde	14,35	5,98	70	33,35	0,27	4,03	2,72	34,55	1,42
Campinas	13,41	16,18	90	17,21	11,79	8,21	3,43	14,5	2,52
Campo Limpo Paulista	15,40	21,99	85	23,95	1,97	23,58	7,74	21,8	4,23
Capivari	20,71	11,45	79	15,47	1,43	5,39	5,74	16,4	3,69
Casa Branca	22,97	13,42	86	26,65	1,31	4,21	2,33	32,08	2,08
Charqueada	32,31	8,93	73	31,75	0,60	7,32	1,59	16,9	1,20
Conchal	17,43	11,28	66	27,15	0,83	1,05	3,21	23,5	6,45
Cosmópolis	15,10	22,97	77	21,94	3,00	5,91	3,03	20,4	4,48
Divinolândia	12,68	3,93	76	33,89	0,61	2,57	1,26	35,26	1,18
Elias Fausto	19,77	14,07	66	28,06	2,19	2,93	6,15	25,0	5,00
Engenheiro Coelho	17,37	7,27	82	20,95	5,91	2,95	4,38	21,4	7,89

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Espírito S. Pinhal	16,73	10,09	76	16,42	0,28	1,00	0,99	16,8	2,37
Estiva Gerbi	4,96	12,19	78	19,44	0,00	0,95	2,16	19,5	4,55
Holambra	17,44	7,28	75	8,40	3,09	3,55	19,00	8,4	11,76
Hortolândia	14,82	22,09	80	20,20	3,46	19,20	3,44	18,3	4,72
Indaiatuba	18,97	15,36	89	14,01	1,24	4,12	8,14	12,7	2,76
Ipeúna	13,16	9,78	73	18,47	2,24	4,08	0,31	16,5	9,09
Iracemópolis	19,70	12,55	89	10,32	0,22	0,00	0,00	11,9	6,82
Itanhaém	23,83	13,61	77	26,61	3,99	0,00	2,05	20,1	1,18
Itirapina	14,42	11,59	83	28,23	0,33	3,06	0,31	39,86	6,17
Itobi	32,57	10,91	66	30,93	0,29	3,90	4,94	26,7	2,27
Itupeva	18,85	13,57	76	14,15	1,30	10,79	19,20	13,3	2,86
Jaquariúna	6,94	16,49	92	12,77	0,44	0,41	4,15	12,9	6,98
Jarinu	24,23	9,99	66	25,69	1,46	53,22	70,18	22,1	5,81
Joanópolis	17,35	6,87	63	24,01	1,10	23,62	34,39	25,6	1,45
Jundiaí	15,99	15,55	93	12,66	5,97	2,42	3,30	11,5	2,61
Leme	20,41	14,10	74	20,53	0,94	0,23	1,05	17,5	1,15
Limeira	11,80	15,67	88	18,60	3,37	0,40	1,48	16,3	3,31
Lindóia	18,10	8,89	87	11,31	0,50	26,88	9,96	14,2	2,94
Louveira	9,98	13,47	74	12,74	1,75	16,00	16,80	13,4	3,23
Mombuca	18,52	17,04	71	33,54	0,85	5,44	3,74	26,2	5,56
Monte Alegre do Sul	4,17	6,90	82	20,38	0,47	7,83	3,40	17,1	6,52
Monte Mor	11,31	22,61	72	44,12	0,00	7,95	5,06	37,60	6,82
Morungaba	19,87	10,60	80	15,49	1,99	3,85	6,53	15,0	1,61
Nazaré Paulista	22,06	13,72	62	38,53	0,72	22,32	20,23	35,30	6,96
Nova Odessa	9,72	16,89	90	35,23	0,00	0,91	0,76	26,3	2,53
Paulínia	7,40	16,69	87	17,03	3,13	4,47	3,73	13,5	5,83
Pedra Bela	20,16	6,49	67	37,26	0,00	9,07	5,33	31,42	4,88
Pinhalzinho	13,10	7,85	73	32,47	1,38	6,86	4,28	26,4	4,82

Municípios	Taxa de Mortalidade e Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Piracaia	22,50	10,09	66	18,12	2,74	22,98	31,18	19,8	3,41
Piracicaba	15,25	14,55	88	17,66	4,36	1,27	1,68	13,9	2,49
Rio Claro	10,97	13,53	92	43,10	1,18	29,79	2,53	35,04	2,85
Rio das Pedras	12,36	18,17	91	16,18	0,87	0,28	0,85	13,5	3,97
Saltinho	34,48	7,77	95	10,44	0,30	2,14	2,37	10,7	2,86
Santa Cruz da Conceição	24,19	8,52	88	15,57	0,00	0,00	1,91	17,7	5,56
Santa Gertrudes	5,57	12,98	76	13,91	0,58	0,00	0,00	15,0	7,69
Santa Ma. Serra	11,49	15,99	71	20,14	1,19	0,55	2,57	18,8	3,57
Sto Ant. do Jardim	16,00	4,02	69	28,92	0,00	1,96	1,96	25,1	2,33
São Pedro	12,91	11,22	82	20,92	4,21	0,62	0,77	17,3	2,86
São Sebastião da Gramma	21,49	12,56	77	37,31	0,28	1,15	0,78	29,9	1,23
Serra Negra	24,64	7,37	85	20,62	1,61	0,10	0,13	19,7	0,95
Socorro	18,27	7,86	77	23,98	2,01	11,06	12,48	22,8	2,75
Sumaré	13,64	19,77	82	19,78	4,77	12,27	3,13	17,0	3,92
Tambaú	23,38	12,12	79	25,35	0,27	1,21	1,49	22,3	2,00
Tapiratiba	21,49	10,46	76	19,45	0,00	1,94	0,45	21,0	2,35
Torrinha	25,57	9,86	87	16,89	0,23	1,83	1,27	18,9	0,00
Tuiuti	11,76	12,52	76	26,71	0,00	38,64	5,16	27,2	2,78
Valinhos	9,78	12,41	91	9,19	0,48	7,03	10,38	9,6	3,64
Vargem	22,81	9,25	65	19,46	0,83	21,85	10,24	26,2	2,33
Vargem Grande do Sul	19,77	11,17	76	17,67	0,86	0,30	1,08	19,9	4,05
Várzea Paulista	16,54	24,17	77	17,79	1,97	9,61	14,20	17,5	3,55
Vinhedo	12,64	12,73	93	10,15	1,83	3,50	5,34	10,2	3,17

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador.

Tabela 3

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Araçatuba
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Alto Alegre	20,55	8,37	85	31,65	2,41	5,16	1,32	35,40	0,00
Andradina	17,39	17,28	95	29,29	0,49	15,29	2,28	27,1	2,05
Auriflamma	17,05	11,51	89	30,98	0,48	2,35	3,94	31,61	2,17
Avanhandava	26,05	19,67	68,00	38,81	0,53	3,78	3,56	32,85	3,17
Barbosa	12,01	8,25	72,00	39,09	0,00	1,23	0,34	35,98	2,50
Bilac	28,46	10,12	89	20,85	0,36	1,19	0,89	23,0	0,00
Brejo Alegre	32,00	13,10	86	45,05	0,79	3,55	17,75	38,90	0,00
Buritama	9,46	13,54	90	28,99	3,68	2,01	3,78	30,1	1,03
Castilho	21,65	20,27	90	39,31	0,62	10,15	8,91	40,60	0,00
Clementina	19,31	9,78	73,00	22,75	2,22	1,57	0,29	25,5	0,00
Coroados	0,00	8,24	92	36,58	1,23	9,84	1,54	27,4	13,04
Gabriel Monteiro	11,49	6,86	81	21,42	2,50	0,00	2,50	20,5	0,00
Gastão Vidigal	0,00	10,48	89	36,46	0,45	3,92	5,16	31,59	0,00
General Salgado	5,19	10,78	94	36,70	0,40	7,48	3,14	37,27	0,00
Glicério	13,95	15,38	81	40,46	0,00	0,00	0,76	35,42	0,00
Guzolândia	14,49	13,66	83	42,76	1,53	50,25	2,96	38,14	0,00

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Ilha Solteira	18,50	16,50	94	29,89	4,28	0,76	21,55	28,3	2,88
Itanhaém	10,96	10,69	91	31,57	0,45	0,30	0,20	29,1	0,00
Itapura	12,82	32,31	81	57,26	0,00	66,92	3,33	49,02	0,00
Lavinia	4,83	12,51	91	28,37	0,00	13,42	1,19	33,80	0,00
Lourdes	24,69	10,26	77,00	48,81	0,00	2,73	3,14	49,53	5,56
Luiziânia	15,63	8,27	71,00	32,43	0,82	1,92	3,02	36,29	0,00
Mirandópolis	14,61	13,95	94	32,35	0,16	7,43	3,05	43,45	1,09
Murutinga do Sul	13,33	7,41	88	32,68	0,00	0,00	1,71	28,4	0,00
Nova Castilho	20,00	16,76	94	47,12	0,00	24,38	0,00	44,41	0,00
Nova Independência	0,00	7,06	88	56,58	0,00	97,39	0,87	48,02	0,00
Nova Luzitânia	24,00	5,40	91	38,18	0,68	0,00	0,00	39,84	14,29
Pereira Barreto	17,42	20,38	80	37,04	1,79	1,06	2,74	32,53	1,17
Piçatu	18,26	5,35	82	36,68	0,45	0,45	0,45	30,9	5,71
Rubiácea	36,59	9,31	95	25,75	1,94	8,86	3,88	31,92	0,00
Santo Antonio do Aracanguá	23,62	16,19	94	25,12	1,39	0,57	1,23	26,1	3,33
Santópolis do Aguapeí	5,41	5,76	79,00	41,90	1,40	1,69	1,89	38,16	8,70
São João de Iracema	33,33	5,50	89	30,81	0,00	7,78	4,03	39,55	0,00
Suzanápolis	33,90	6,64	82	28,28	1,41	20,24	13,01	23,6	1,92
Turiúba	0,00	4,32	93	27,97	1,28	3,64	0,86	31,32	9,09

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador.

CENTRAL

Tabela 4

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa Central
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Américo Brasiliense	11,31	18,87	84	26,72	1,33	0,29	1,62	21,6	2,88
Dobrada	16,22	21,01	75	23,09	7,01	4,60	4,60	23,5	7,14
Fernando Prestes	11,43	8,55	76	22,69	0,41	2,13	2,29	21,1	0,00
Gavião Peixoto	15,08	10,59	72	27,77	0,00	0,00	0,79	25,6	0,00
Ibaté	14,72	11,36	73	20,37	1,96	0,57	0,39	20,5	3,70
Ibitinga	19,29	11,42	80	22,04	1,00	0,68	1,23	19,8	2,57
Itanhaém	15,21	12,64	70	34,23	0,91	0,44	0,77	32,6	1,22
Matão	12,09	20,67	90	21,67	0,48	0,68	0,57	18,3	5,43
Ribeirão Bonito	9,57	14,53	80	27,68	2,67	2,21	2,39	24,9	0,00
Rincão	24,78	16,41	84	31,73	0,57	5,56	2,61	26,3	4,00
Santa Ernestina	25,21	14,38	85	20,93	1,98	0,00	1,07	31,9	6,90
Tabatinga	14,14	7,51	71	29,53	0,33	5,18	1,81	28,9	3,30
Taquaritinga	13,93	16,59	81	31,77	1,04	0,79	1,28	29,1	7,69
Trabiju	48,39	12,70	69	21,67	0,00	3,89	0,00	26,1	0,00

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador.

SÃO PAULO

Tabela 5

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Metropolitana de São Paulo
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Arujá	21,40	23,50	76,00	24,07	2,78	45,49	13,05	20,2	3,73
Barueri	16,01	21,37	85	21,63	7,15	8,75	3,54	18,3	2,82
Biritiba Mirim	26,58	17,15	76,00	32,34	2,43	46,54	30,35	27,4	3,42
Caieiras	15,14	21,77	88	21,90	1,22	12,73	2,57	17,8	3,27
Cajamar	17,82	23,50	71,00	27,05	6,04	20,97	13,20	22,0	4,92
Carapicuíba	15,93	22,97	79,00	22,21	12,60	12,13	3,15	19,3	2,13
Cotia	16,35	21,25	83	22,17	4,23	26,18	16,89	19,4	5,54
Diadema	16,52	22,84	81	21,61	26,08	4,43	2,79	18,5	3,01
Embu	17,60	25,76	72,00	24,41	14,02	24,81	8,39	20,6	2,97
Embu-Guaçu	17,15	21,65	83	25,04	2,93	43,94	35,41	24,9	3,61
Ferraz de Vasconcelos	19,18	24,63	84	29,38	3,26	17,12	3,50	23,9	1,39
Francisco Morato	21,99	24,31	66,00	33,31	1,29	65,45	8,75	28,8	1,98
Franco da Rocha	19,84	27,36	78,00	26,90	4,63	29,16	5,34	35,89	2,74
Guararema	18,23	16,71	77,00	30,43	1,81	41,71	29,21	26,6	3,53
Itanhaém	20,16	19,32	82	21,20	1,39	14,10	4,07	18,1	1,59
Itapecerica da Serra	18,43	23,48	74,00	26,82	4,61	51,25	14,22	23,8	4,11
Itapevi	16,57	26,39	73,00	31,18	3,50	34,20	10,95	27,5	3,00

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Itaquaquecetuba	22,96	26,66	72,00	30,03	2,67	23,09	8,80	26,6	2,68
Juquitiba	17,73	17,38	63,00	32,72	4,19	53,95	31,89	31,64	7,19
Mairiporã	20,86	17,11	82	23,69	1,39	37,22	33,95	20,7	6,86
Mauá	19,36	24,16	84	23,54	17,95	14,97	2,35	20,4	2,14
Mogi das Cruzes	21,24	20,62	89	26,10	1,88	11,21	9,44	20,7	2,76
Osasco	18,34	19,23	89	18,65	17,19	14,30	2,40	16,0	1,70
Pirapora do Bom Jesus	17,57	21,08	64,00	29,79	2,95	22,82	17,90	27,4	1,61
Poá	14,73	23,08	92	24,54	1,01	6,59	1,19	20,5	2,03
Ribeirão Pires	16,46	23,02	91	20,90	2,80	10,73	9,56	17,5	3,35
Rio Gr. da Serra	24,11	26,43	78,00	20,20	2,96	1,16	1,25	17,5	1,54
Salesópolis	19,33	12,90	79,00	30,52	0,91	22,39	6,03	31,62	2,61
Santa Isabel	23,86	21,03	76,00	26,12	2,23	14,67	16,84	24,9	2,67
Santana de Parnaíba	15,83	20,06	78,00	42,14	0,00	21,31	0,00	33,84	3,87
Santo André	15,64	19,81	92	18,49	10,85	4,00	3,50	14,1	1,48
S. B. do Campo	15,94	19,92	92	18,39	20,39	7,80	2,63	14,2	2,18
São Lourenço da Serra	14,06	23,45	72,00	37,40	6,18	57,12	43,43	36,06	8,06
São Paulo	15,83	18,17	90	18,78	9,06	7,38	1,59	14,7	1,88
Suzano	23,36	22,27	87	31,80	1,10	51,37	0,91	35,58	0,00
Taboão da Serra	17,73	21,75	83	19,56	11,40	8,60	3,68	17,6	3,22
Vargem Grande Paulista	14,66	19,95	76,00	19,95	2,54	17,35	19,22	18,5	6,25

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador.

BARRETOS

Tabela 6

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Barretos
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Altair	11,24	14,11	76,00	28,18	0,54	1,88	2,15	27,7	0,00
Barretos	22,81	14,13	92	20,70	1,10	1,16	2,05	21,6	3,73
Cajobi	10,58	17,20	80	34,53	1,10	0,42	1,81	29,7	3,85
Colômbia	21,74	12,75	68,00	39,51	3,88	3,43	3,43	33,67	3,23
Embaúba	35,40	24,96	85	50,26	0,00	1,87	1,87	39,74	0,00
Guaraci	27,85	15,41	85	28,56	2,19	0,28	1,96	30,5	3,13
Itanhaém	17,92	9,59	77,00	36,40	0,00	0,59	7,75	35,12	2,33
Olímpia	22,06	16,79	90	23,16	0,38	0,96	3,02	24,2	3,72
Pirangi	7,92	11,24	90	19,52	1,02	0,24	0,82	22,8	6,15
Severínia	29,17	15,93	78,00	30,59	1,89	0,00	1,05	29,1	5,88
Taiacu	27,89	9,18	78,00	26,22	0,00	0,00	0,37	28,3	2,56
Terra Roxa	6,27	9,78	77,00	24,59	0,49	2,47	7,41	27,0	2,22
Viradouro	15,38	12,14	80	24,00	0,45	0,00	0,19	22,0	1,94
Vista Alegre do Alto	4,78	8,33	84	9,92	0,00	0,00	0,00	11,5	9,09

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

PRESIDENTE PRUDENTE

Tabela 7

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Presidente Prudente
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de S. Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Alfredo Marcondes	7,52	18,06	82	41,75	0,00	0,00	0,82	34,7	4,55
Álvares Machado	21,78	12,22	88	31,65	2,08	34,51	6,88	28,8	2,46
Anhumas	16,85	10,78	71	46,46	0,42	0,97	3,20	41,0	0,00
Caiabu	11,56	8,83	88	25,84	0,54	26,67	4,64	29,7	3,85
Caiuá	17,96	7,34	83	53,58	0,00	49,44	0,74	43,7	0,00
Emilianópolis	34,48	13,94	89	50,80	0,00	2,49	1,47	43,2	0,00
Estrela do Norte	0,00	8,59	77	24,99	0,31	2,23	1,24	24,7	0,00
Euclides da Cunha Paulista	20,33	16,65	79	53,49	1,61	15,27	5,89	45,2	0,00
Flora Rica	0,00	8,91	86	53,39	0,00	15,43	0,21	38,2	5,88
Flórida Paulista	31,45	8,90	82	37,46	0,79	5,31	1,38	36,2	1,27
Iepê	26,95	16,29	91	53,43	2,13	3,52	4,36	43,7	3,33
Indiana	14,49	13,82	90	32,09	0,00	95,78	5,07	32,4	5,71
Inúbia Paulista	7,81	9,44	84	28,55	2,16	3,48	5,76	28,8	5,00
Irapuru	12,99	9,97	88	47,36	1,32	14,37	6,30	41,8	6,56
Itanhaém	0,00	18,13	94	31,01	0,00	17,69	0,00	39,9	0,00
Junqueirópolis	16,18	14,33	92	35,66	0,24	8,49	0,31	46,2	2,40
Lucélia	25,97	13,85	87	34,98	0,97	3,27	2,53	43,2	2,92
Marabá Paulista	33,71	12,55	81	60,41	0,00	72,15	1,11	53,1	5,88
Mariópolis	28,78	9,32	97	37,66	1,39	11,36	4,17	40,5	4,00
Martinópolis	8,11	13,15	85	37,50	1,43	13,40	4,74	37,7	1,97
Mirante do Paranapanema	25,15	12,88	84	59,16	0,67	96,01	7,75	47,2	1,94

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Monte Castelo	28,57	10,72	89	43,36	0,64	7,16	1,92	38,7	3,03
Nantes	15,87	2,87	82	43,48	0,67	3,55	0,00	35,2	0,00
Narandiba	0,00	14,08	77	63,03	1,10	5,95	5,16	45,3	0,00
Nova Guataporanga	22,99	17,05	93	39,08	0,39	10,44	7,16	34,2	5,88
Osvaldo Cruz	17,36	12,60	93	23,93	3,51	2,01	1,85	22,1	2,87
Ouro Verde	17,05	16,14	79	38,22	0,00	2,62	5,38	29,8	2,13
Pacaembu	12,58	14,37	88	39,88	0,49	1,37	1,30	40,2	1,14
Panorama	24,42	14,46	82	33,15	1,45	11,56	2,31	30,6	2,33
Paulicéia	30,61	16,32	81	38,53	1,28	95,07	0,37	32,0	3,13
Piquerobi	16,81	14,29	79	49,25	0,00	32,18	6,67	38,9	0,00
Pirapozinho	16,23	19,02	85	26,49	0,98	8,38	2,59	25,9	3,79
Pracinha	16,67	9,94	66	46,89	0,00	13,65	12,46	48,9	0,00
Presidente Bernardes	12,54	11,78	93	40,06	0,49	9,48	1,61	40,5	2,02
Presidente Epitácio	17,81	18,68	83	32,41	3,27	13,97	4,01	28,3	3,58
Presidente Venceslau	17,13	15,20	88	29,90	0,43	0,99	1,22	33,7	2,12
Rancharia	18,19	17,80	93	34,28	0,96	4,57	4,09	29,0	1,42
Ribeirão dos Índios	9,62	6,83	90	51,79	0,00	13,32	3,94	39,9	6,25
Rosana	18,80	20,87	84	30,37	0,00	7,82	0,92	25,7	8,89
Sagres	10,10	15,70	87	51,14	0,00	2,68	4,47	42,7	0,00
Salmourão	23,36	9,18	77	33,10	0,00	10,67	7,66	31,8	0,00
Sandovalina	5,18	17,04	82	44,14	4,96	88,29	6,15	40,2	5,88
Santa Mercedes	15,87	15,20	89	49,60	0,73	32,55	1,61	46,0	5,00
Santo Anastácio	15,15	17,19	92	36,67	1,41	3,62	2,58	31,1	2,60
Santo Expedito	17,39	12,36	96	44,08	0,00	43,91	1,64	40,9	0,00
Taciba	10,53	14,39	79	27,22	0,00	2,06	2,38	34,7	3,70
Tarabaí	14,71	13,58	82	35,77	0,75	3,81	1,29	33,1	7,32
Teodoro Sampaio	20,22	25,87	79	46,53	0,20	14,01	3,39	39,5	3,45

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

REGISTRO

Tabela 8

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Registro
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Barra do Turvo	23,76	19,12	42	66,35	4,17	24,09	4,04	57,9	8,00
Cajati	20,10	23,16	71	44,84	0,48	19,23	5,89	39,4	5,49
Cananéia	17,50	16,24	73	32,96	1,63	7,86	5,52	29,6	1,28
Eldorado	18,04	19,69	71	54,87	0,58	7,17	1,70	46,8	3,26
Ilha Comprida	15,21	21,63	86	21,49	4,24	35,81	24,73	18,2	3,13
Itanhaém	21,92	18,31	81	43,74	1,36	13,69	7,22	37,8	3,83
Itariri	13,05	14,55	66	37,86	2,22	16,10	16,43	31,5	5,06
Jacupiranga	24,44	18,51	74	40,99	1,36	6,67	1,18	32,3	7,07
Juquiá	21,61	16,72	80	42,82	1,62	24,87	11,95	39,2	6,76
Miracatu	22,71	11,61	67	38,00	1,13	0,00	1,45	37,6	8,90
Pariquera-Açu	19,41	16,04	75	40,42	0,80	7,28	6,96	31,0	2,70
Pedro de Toledo	19,38	11,35	63	49,08	1,24	10,06	10,29	35,9	4,69
Registro	16,54	19,48	79	41,34	1,32	14,65	6,16	32,9	7,23
Sete Barras	21,30	24,81	66	59,14	2,36	2,93	1,38	50,1	6,10

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador.

BAURU

Tabela 9

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Bauru
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de S. Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Agudos	21,08	20,98	89	30,82	2,09	2,26	2,52	24,1	1,90
Arealva	11,36	11,00	93	31,71	0,43	5,87	5,19	29,7	0,00
Avai	19,51	8,86	75	29,58	1,03	14,17	10,55	31,0	3,03
Balbinos	51,28	20,65	89	25,85	0,00	0,00	0,00	30,0	0,00
Barra Bonita	23,95	13,50	91	15,28	0,79	0,28	0,56	15,5	4,29
Bocaina	11,42	6,80	83	12,18	0,76	2,20	2,16	19,3	6,85
Boracéia	11,43	9,40	77	22,20	0,00	0,00	0,47	25,1	9,09
Borebi	0,00	11,23	80	30,12	1,75	0,00	1,75	24,2	0,00
Cafelândia	25,70	10,29	75	26,35	1,08	2,25	2,84	27,7	0,79
Dois Córregos	20,15	9,73	70	19,18	1,59	1,08	2,60	17,7	2,37
Duartina	19,93	11,45	79	32,00	1,35	1,11	1,29	29,1	1,05
Getulina	15,35	15,42	77	35,69	0,27	5,40	1,56	42,3	0,00
Guaiçara	31,01	12,54	74	31,50	0,70	18,13	6,17	28,4	8,00
Guaimbê	24,46	16,16	73	41,55	0,95	0,00	1,12	37,7	0,00
Guarantã	27,10	13,58	68	48,47	1,17	2,41	3,65	39,5	6,82
Igarapu do Tietê	32,23	14,29	70	21,43	2,14	0,94	2,84	21,1	2,84
Itanhaém	25,10	9,84	72	35,82	1,05	0,00	1,83	29,2	0,00
Itapuí	20,74	13,43	76	17,27	0,58	2,74	2,59	19,9	2,50
Lucianópolis	25,00	6,31	81	48,15	0,00	0,00	0,00	37,2	4,55
Mineiros do Tietê	25,73	13,57	79	15,72	0,16	0,39	0,52	16,9	1,25
Paulistânia	25,64	3,42	80	21,23	0,00	17,41	1,71	23,4	0,00
Pirajuí	24,20	15,69	74	30,66	1,76	8,01	3,28	39,3	1,13
Piratininga	13,86	12,04	84	19,43	1,48	5,97	11,93	18,7	2,33
Reginópolis	29,70	10,53	77	27,49	0,81	4,58	2,78	31,8	0,00
Sabino	11,76	10,45	76	25,52	0,90	40,47	1,64	23,6	0,00
Ubirajara	31,91	8,56	78	43,57	0,00	4,27	0,79	34,7	0,00
Uru	22,73	7,16	72	31,77	0,00	3,42	2,17	23,3	0,00

Fonte: Fundação SEADE. Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

SOROCABA

Tabela 10

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Sorocaba
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Águas de Santa Bárbara	12,82	11,45	82	28,00	3,80	5,88	1,47	20,0	0,00
Alambari	18,52	11,90	71	23,32	0,00	21,58	7,45	28,0	13,04
Alumínio	20,34	24,39	87	17,37	0,40	7,98	8,78	14,8	2,82
Angatuba	25,53	11,28	72	37,43	0,00	1,87	0,40	33,4	1,43
Anhembi	9,35	12,89	90	29,58	2,42	0,32	0,32	31,9	3,85
Apiáí	24,40	22,42	77	57,59	0,65	22,04	8,83	45,9	1,23
Araçariçuama	15,75	18,56	66	22,28	1,02	30,19	7,12	20,9	9,52
Araçoiaba da Serra	21,19	12,02	81	20,09	0,15	12,75	19,93	20,8	4,35
Arandu	22,54	10,01	68	26,38	0,93	1,58	3,63	26,2	2,63
Areiópolis	12,38	14,27	68	28,06	0,14	0,68	2,97	27,1	1,72
Avaré	22,00	16,12	81	26,76	0,79	1,75	3,52	26,2	2,99
Barão de Antonina	15,75	9,79	82	41,71	2,22	9,48	6,45	42,8	5,26
Barra do Chapéu	18,07	15,78	52	63,50	0,00	46,11	13,14	58,2	3,57
Bofete	18,47	10,21	68	30,90	1,73	3,45	4,45	31,2	2,04
Boituva	19,62	12,40	76	16,70	3,77	3,89	18,82	17,0	3,26
Bom Sucesso de Itararé	15,15	29,36	69	53,32	3,00	13,92	24,20	52,5	7,14
Buri	31,25	16,16	65	44,57	0,78	3,95	4,79	40,3	3,23
Campina do	6,85	16,88	59	31,00	4,54	14,91	7,71	29,4	5,41

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Monte Alegre									
Capão Bonito	23,22	21,00	67	48,87	1,27	2,24	6,14	41,1	3,59
Capela do Alto	13,99	14,97	67	35,41	0,53	22,59	3,75	33,8	8,05
Cerqueira César	15,13	11,39	79	30,68	0,54	3,41	0,64	26,4	2,94
Cesário Lange	14,11	7,40	78	23,10	0,16	10,95	5,06	37,4	2,56
Conchas	13,87	10,74	80	20,06	0,63	1,86	1,53	20,2	3,23
Coronel Macedo	11,72	9,00	78	51,89	0,00	4,65	6,05	43,9	2,78
Fartura	18,97	9,03	80	35,51	0,45	2,19	1,05	34,9	2,78
Guapiara	28,69	15,67	60	61,87	1,04	26,54	13,79	50,3	3,70
Guareí	26,36	10,21	66	30,96	0,76	12,97	3,27	34,5	2,78
Iaras	5,03	7,59	67	35,75	0,97	17,18	0,00	44,8	0,00
Ibiúna	20,20	13,97	62	31,44	1,34	40,49	15,57	31,7	2,99
Iperó	20,13	20,94	74	27,14	2,82	10,11	3,77	35,0	4,30
Iporanga	27,89	17,95	71	53,77	1,70	10,38	7,17	47,4	7,69
Itaberá	33,91	12,02	71	62,46	0,00	6,66	8,68	51,0	2,31
Itaí	25,64	15,74	65	39,97	1,83	3,91	7,73	34,1	4,64
Itanhaém	45,11	23,74	76	43,03	4,07	5,19	5,43	47,1	0,00
Itaóca	18,60	10,55	86	72,27	4,01	43,57	24,37	61,2	0,00
Itapetininga	21,00	16,17	78	26,51	0,65	4,24	2,75	23,7	3,86
Itapeva	29,97	18,73	78	44,16	1,39	3,84	6,08	37,7	2,60
Itapirapuã Paulista	10,17	18,84	50	71,52	0,00	25,06	24,36	61,4	0,00
Itaporanga	20,25	12,62	74	54,49	0,37	6,24	5,84	46,3	3,54
Itararé	33,22	18,24	75	48,96	1,13	14,44	10,75	41,1	2,52
Itatinga	18,09	15,71	73	25,67	2,05	0,42	0,34	26,7	3,30
Itu	15,95	15,93	80	18,36	1,67	1,74	3,75	16,3	2,86
Jumirim	14,93	6,72	91	13,32	0,35	1,74	1,74	16,9	10,00
Mairinque	24,12	19,45	82	21,30	0,82	25,47	3,87	18,1	2,75
Manduri	14,12	7,65	79	29,27	0,21	1,17	1,06	27,5	7,69
Nova Campina	20,41	19,80	59	56,34	0,00	7,20	21,83	52,6	6,67
Paranapanema	22,48	11,28	77	32,41	1,25	4,43	7,90	30,3	3,09
Pardinho	11,49	5,55	76	18,63	0,00	2,55	3,76	22,2	9,09
Pereiras	18,45	13,98	80	26,12	0,00	1,55	0,74	23,0	2,50

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Piedade	20,95	13,13	73	33,45	1,00	21,88	4,61	29,7	5,56
Pilar do Sul	19,52	14,99	80	30,80	3,01	8,67	1,23	31,4	3,97
Piraju	11,49	9,00	83	24,27	2,30	3,03	1,50	24,4	1,40
Porangaba	29,03	9,81	69	19,99	0,00	1,90	0,00	28,1	6,38
Porto Feliz	20,70	12,02	77	16,65	0,67	1,39	3,64	16,8	2,43
Pratânia	24,39	18,37	73	32,03	0,00	4,53	3,73	27,5	12,50
Quadra	27,27	10,63	80	38,06	2,60	8,33	3,13	38,1	6,25
Ribeira	39,80	4,73	81	59,58	0,00	17,01	6,60	51,0	0,00
Ribeirão Branco	44,31	9,21	47	61,72	1,24	37,27	15,30	54,3	2,31
Ribeirão Grande	17,54	15,12	59	49,85	0,00	12,61	7,93	47,7	3,03
Salto	15,66	18,96	87	16,63	3,05	3,04	2,36	15,7	3,45
Salto de Pirapora	16,45	20,32	78	23,94	1,40	4,82	1,66	30,2	1,76
São Manuel	19,01	15,77	76	22,30	0,79	2,29	3,12	20,3	3,66
São Miguel Arcanjo	27,72	13,55	69	32,23	0,42	8,15	4,52	28,8	3,39
São Roque	16,96	16,59	80	25,60	1,46	11,33	6,60	21,3	2,58
Sarapuí	23,14	17,17	72	33,58	0,90	27,68	3,69	32,3	2,13
Sarutaíá	20,30	8,03	53	50,00	0,45	6,24	7,80	46,6	0,00
Sorocaba	18,35	17,71	92	17,24	1,88	2,19	1,26	16,2	2,64
Tapiraí	24,69	14,57	70	40,58	2,70	21,84	9,74	37,1	4,35
Taquarituba	19,18	10,29	63	40,09	1,25	2,02	4,99	37,5	2,65
Taquarivaí	20,23	9,17	52	53,55	4,53	38,33	27,35	43,1	3,40
Tatuí	18,13	16,81	79	20,59	1,45	5,40	4,86	18,8	2,26
Tejupá	19,35	4,84	47	41,09	7,26	2,69	21,10	39,3	0,00
Torre de Pedra	11,63	10,29	78	36,07	9,39	13,96	1,02	45,8	5,26
Votorantim	14,68	18,75	91	16,80	3,86	3,34	3,60	15,4	2,35

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

RIBEIRÃO PRETO

Tabela 11

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Ribeirão Preto
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Barrinha	14,40	18,25	63	30,53	3,95	0,79	3,10	26,4	3,68
Cajuru	11,11	13,35	75	19,03	0,33	3,50	1,95	20,8	2,08
Cássia dos Coqueiros	7,09	1,97	88	31,23	0,00	6,11	4,48	32,0	7,69
Guariba	15,70	18,56	74	29,62	2,01	0,47	13,37	25,3	2,82
Guataporá	19,77	16,05	75	36,01	0,00	0,36	0,91	31,6	7,50
Itanhaém	9,65	9,89	78	14,90	2,85	1,27	1,01	14,3	2,70
Luís Antônio	9,20	20,42	81	21,46	0,00	0,24	0,36	18,9	2,78
Pitangueiras	10,60	19,85	72	25,05	3,15	0,32	2,11	25,1	2,56
Pontal	17,04	15,87	60	23,93	4,85	1,43	1,55	19,8	1,16
Pradópolis	7,87	19,02	81	20,38	2,29	0,47	0,56	20,1	4,76
Sta Rosa do Viterbo	9,00	18,67	80	45,98	0,00	4,83	0,00	37,9	2,17
Sto Ant da Alegria	22,56	6,43	77	29,24	1,39	1,31	1,48	30,1	5,13
São Simão	8,77	16,73	84	23,60	0,74	0,59	0,50	21,1	8,08
Serra Azul	6,24	14,93	72	31,66	0,96	2,20	3,22	28,3	4,17
Serrana	14,68	16,33	76	17,00	1,04	14,57	21,69	12,6	4,35
Taquaral	0,00	11,73	73	20,51	0,00	4,08	2,81	22,4	5,56

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Tabela 12

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de São José do Rio Preto
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Álvares Florence	24,00	7,37	97	35,77	0,00	2,29	0,72	33,0	0,00
Américo de Campos	22,52	8,30	88	29,06	0,28	0,85	1,41	32,5	4,65
Aparecida d'Oeste	17,47	5,34	82	41,52	0,00	9,92	0,42	40,1	0,00
Aspásia	0,00	6,04	85	59,56	0,00	0,00	0,84	44,9	0,00
Bady Bassitt	6,02	12,44	90	14,46	0,00	1,74	1,80	16,6	11,76
Bálsamo	18,52	12,77	92	15,73	0,00	0,66	1,27	21,1	10,64
Cardoso	17,54	15,20	92	42,98	0,33	3,22	2,98	40,3	3,41
Cedral	13,04	15,24	79	27,12	0,00	3,84	1,65	26,7	4,65
Cosmorama	13,64	8,64	84	35,88	0,00	4,54	0,50	36,0	5,88
Dirce Reis	19,61	5,70	86	38,50	1,52	17,58	1,52	39,6	14,29
Dolcinópolis	28,17	8,08	87	34,39	0,68	3,25	0,86	39,7	6,67
Estrela d'Oeste	17,75	10,12	93	40,58	2,05	10,25	2,46	34,9	3,57
Fernandópolis	14,27	12,98	92	32,40	0,00	1,80	0,39	27,2	3,49
Floreal	21,51	14,48	93	38,19	0,00	1,12	1,12	31,7	0,00
Guarani D'oeste	0,00	18,21	77	43,87	0,00	0,67	0,00	36,6	0,00
Ibirá	8,13	12,82	81	30,52	0,85	3,47	6,64	30,1	0,00
Icém	13,74	18,35	79	34,01	2,41	0,91	3,08	31,5	0,00
Indiaporã	17,54	8,54	88	45,88	0,00	10,92	1,69	39,8	0,00
Ipiguá	7,14	11,52	92	34,32	0,52	1,56	1,73	30,9	6,67

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Irapuã	14,60	10,85	86	35,36	0,00	1,21	2,30	29,8	4,76
Itajobi	33,27	10,15	83	24,88	0,00	1,13	0,86	28,4	5,45
Itanhaém	0,00	22,37	71	31,96	0,00	1,97	2,42	28,3	0,00
Jaci	5,78	10,81	76	22,23	1,49	0,00	0,57	25,5	7,69
Macaubal	8,81	7,42	89	35,46	0,25	3,58	1,28	31,9	7,84
Macedônia	28,78	6,59	88	43,58	1,23	5,51	4,17	37,6	0,00
Magda	16,95	16,07	89	30,42	0,34	0,00	2,16	31,4	0,00
Marapoama	10,99	11,49	80	34,30	0,00	0,00	0,65	27,5	0,00
Marinópolis	34,78	5,02	79	24,07	0,00	2,61	1,00	27,5	0,00
Mendonça	0,00	12,40	91	27,34	0,00	1,03	0,00	34,2	0,00
Meridiano	13,16	15,97	91	31,98	0,00	4,40	2,20	35,1	0,00
Mesópolis	34,88	12,16	92	48,76	0,00	9,37	4,96	44,2	0,00
Mira Estrela	10,31	10,28	88	48,02	1,82	27,33	6,26	38,6	0,00
Mirassolândia	13,99	21,75	86	40,32	0,54	22,25	0,00	37,7	3,85
Monções	28,57	5,66	92	41,96	0,00	2,09	0,00	36,4	18,18
Nhandeara	20,59	12,51	93	32,30	1,15	0,15	0,37	29,1	7,35
Nipoã	16,13	7,08	78	29,17	0,00	1,60	4,69	32,1	4,76
Nova Aliança	5,78	8,25	94	27,16	0,00	2,73	0,55	24,2	6,90
Nova Canaã Paulista	11,36	7,93	91	52,36	0,00	95,36	0,00	41,9	7,14
Nova Granada	12,45	14,12	81	27,40	0,96	4,03	1,88	27,8	6,36
Novais	8,77	18,54	73	12,89	0,43	1,51	1,90	12,6	5,26
Orindiúva	10,15	10,13	89	12,45	0,00	0,00	1,53	17,6	15,79
Ouroeste	14,71	19,99	95	46,11	0,26	52,31	4,72	43,6	3,13
Palestina	22,15	10,36	90	39,12	0,17	9,28	1,35	37,2	2,82
Palmares Paulista	8,11	13,74	72	21,41	3,53	0,00	3,12	19,8	0,00
Palmeira D'oeste	13,67	5,65	90	33,75	0,22	13,54	2,20	33,2	1,18
Paranapuã	27,78	5,88	84	35,91	0,87	21,06	2,61	33,1	0,00
Parisi	30,77	11,68	89	21,73	0,00	4,38	0,00	33,4	6,25

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Paulo de Faria	11,36	15,14	79	45,16	0,51	2,26	2,77	39,2	4,00
Pedranópolis	0,00	12,09	89	40,07	2,17	2,57	0,79	37,2	0,00
Planalto	21,28	14,65	72	39,79	1,85	5,07	4,73	41,1	0,00
Poloni	13,16	9,05	94	34,05	0,29	0,43	1,00	27,5	8,82
Pontalinda	6,58	20,88	82	42,26	0,00	12,52	1,75	42,0	5,26
Pontes Gestal	18,69	19,12	95	62,20	0,48	0,00	0,00	47,4	0,00
Populina	15,00	10,31	81	38,55	0,00	7,99	1,12	37,0	9,38
Riolândia	29,07	14,52	69	29,02	2,53	23,57	10,96	25,5	5,45
Sales	20,20	9,55	74	39,03	1,07	0,98	3,57	35,3	3,23
Santa Adélia	11,33	8,58	77	15,57	0,72	0,97	0,94	20,0	1,06
Santa Albertina	14,35	9,46	77	46,04	0,33	6,94	1,80	41,4	2,17
Santa Clara d'Oeste	10,75	18,84	70	40,30	0,00	1,75	1,75	36,6	0,00
Santa Rita d'Oeste	38,46	14,87	88	24,48	6,70	25,54	23,14	21,1	0,00
São Francisco	9,09	6,87	84	39,06	0,00	1,47	0,82	37,1	6,67
São João das Duas Pontes	23,62	4,13	90	44,59	0,00	1,13	0,00	42,4	0,00
Sebastianópolis do Sul	14,29	6,01	94	24,17	0,00	0,00	0,73	32,4	6,67
Tanabi	10,56	11,26	92	32,65	0,37	5,73	3,98	28,2	1,95
Três Fronteiras	0,00	9,63	85	31,71	1,20	4,94	1,59	34,1	5,56
Turmalina	14,08	5,71	84	45,22	0,19	1,54	0,00	37,2	0,00
Ubarana	10,56	12,58	75	32,20	1,61	3,69	3,50	33,2	3,85
Uchôa	25,89	12,50	91	31,10	0,50	0,17	1,53	29,6	0,00
União Paulista	30,77	5,20	70	43,73	0,00	1,38	1,38	32,6	0,00
Urânia	14,88	9,39	87	34,38	0,00	3,58	3,30	34,6	4,84
Vitória Brasil	14,71	10,13	77	41,96	1,49	9,85	11,04	42,1	10,00
Zacarias	0,00	17,76	83	29,87	0,00	4,61	1,84	33,9	0,00

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

MARÍLIA

Tabela 13

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Marília
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Álvaro de Carvalho	15,08	4,26	58	37,96	0,00	1,66	1,96	52,1	3,57
Arco Íris	49,38	5,57	89	46,14	0,00	4,28	1,64	42,6	0,00
Bernardino de Campos	15,33	10,33	81	32,16	1,41	0,14	1,23	29,6	7,29
Borá	0,00	4,95	81	44,71	0,00	0,00	0,00	39,7	25,00
Cândido Mota	10,71	15,41	77	31,63	0,22	4,54	1,44	28,3	2,02
Canitar	28,07	5,82	65	28,09	3,18	98,70	4,62	28,1	4,00
Chavantes	19,58	14,53	73	15,02	0,65	1,37	0,34	26,0	2,02
Cruzália	19,80	20,03	96	39,78	0,00	6,65	0,00	34,8	0,00
Echaporã	27,17	7,91	78	34,10	0,20	0,67	0,73	28,3	5,13
Espírito Santo do Turvo	9,48	11,63	68	17,60	1,01	4,16	1,57	19,3	4,55
Fernão	42,55	5,80	72	32,98	0,00	5,32	2,66	38,2	0,00
Florínia	14,93	17,81	83	42,81	3,49	3,99	3,87	42,1	0,00
Gália	34,29	15,02	72	40,18	2,57	4,43	5,27	34,3	1,56
Herculândia	18,42	16,21	84	42,83	0,95	11,56	3,55	39,9	4,26
Iacri	35,24	15,79	81	34,85	1,52	1,23	0,58	34,7	0,00
Ibirarema	11,28	7,85	90	31,22	9,59	7,26	6,16	28,4	1,96
Ipaussu	19,79	7,47	76	24,86	1,06	0,56	7,46	23,9	4,26
Itanhaém	11,90	10,48	79	38,11	0,80	4,79	2,08	34,0	0,00
João Ramalho	41,45	13,58	75	30,78	0,71	2,37	0,00	31,2	4,76

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Júlio Mesquita	31,69	12,33	67	38,06	1,34	9,84	4,49	35,8	8,82
Lupércio	22,32	8,55	66	31,59	0,00	0,86	1,90	30,4	8,00
Ocaçu	3,98	7,77	79	39,97	2,39	1,08	2,39	32,4	0,00
Óleo	15,87	6,63	93	43,34	0,00	12,31	0,93	38,2	3,85
Oscar Bressane	0,00	11,44	99	25,17	0,00	0,00	1,22	32,3	0,00
Palmital	14,08	13,75	84	32,95	0,42	2,71	1,25	29,3	1,89
Paraguaçu Paulista	14,01	19,85	88	37,00	1,42	1,33	2,13	31,3	3,49
Parapuã	18,67	13,99	84	35,60	0,42	7,38	1,61	33,0	1,19
Pedrinhas Paulista	0,00	11,92	95	24,49	0,00	3,99	7,98	20,7	0,00
Platina	0,00	8,07	67	33,75	0,64	10,53	7,97	32,7	0,00
Queiroz	23,26	10,00	71	58,50	0,00	6,92	5,66	52,7	0,00
Quintana	12,93	14,97	81	35,65	0,00	15,15	2,72	36,1	11,43
Ribeirão do Sul	5,81	8,98	77	35,48	3,64	2,18	5,22	31,3	5,88
Rinópolis	25,58	7,32	88	28,84	1,76	0,00	0,18	23,8	4,49
Salto Grande	39,63	17,48	84	34,72	1,58	6,44	9,10	34,1	5,13
Santa Cruz do Rio Pardo	16,91	9,49	79	22,08	0,38	3,56	2,70	21,7	4,14
São Pedro do Turvo	29,59	5,24	72	48,33	0,00	2,36	2,36	38,7	2,08
Tarumã	5,16	18,60	79	26,41	0,42	2,04	1,02	25,9	6,38
Timburi	35,09	3,35	79	26,90	2,12	0,35	4,06	31,2	3,70
Tupã	22,47	13,54	89	23,19	0,85	2,36	2,23	25,0	2,08

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

FRANCA

Tabela 14

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de Franca
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Aramina	11,05	11,11	73	23,41	0,41	0,00	0,41	25,5	0,00
Buritizal	7,81	5,60	79	28,32	1,46	0,56	0,00	26,5	0,00
Cristais Paulista	17,80	5,29	65	24,68	0,28	0,38	0,76	23,3	2,78
Guará	20,79	9,15	61	33,07	1,86	0,21	9,78	31,4	1,57
Igarapava	17,35	15,12	75	26,92	0,34	2,41	4,22	24,9	1,79
Itanhaém	16,85	17,27	75	22,09	1,04	0,51	1,14	23,4	1,45
Itirapuã	31,14	7,20	75	26,42	1,00	0,92	1,17	30,1	0,00
Jeriquara	26,14	7,66	56	34,59	1,88	0,87	0,43	32,9	0,00
Miguelópolis	18,38	16,76	76	33,35	1,51	2,47	10,90	32,9	4,00
Morro Agudo	13,19	16,24	70	25,32	0,81	0,83	2,97	24,4	4,41
Patrocínio Paulista	24,35	10,14	83	27,22	1,09	0,55	0,46	23,3	2,78
Pedregulho	19,39	12,47	72	35,52	0,37	0,80	0,30	31,7	2,30
Restinga	36,14	7,95	72	30,98	0,37	0,46	1,19	31,5	3,57
Ribeirão Corrente	18,52	6,06	64	26,61	0,00	0,00	2,19	28,0	4,35
Rifaina	23,62	14,94	72	58,62	1,03	13,89	3,83	54,0	3,85
São José da Bela Vista	18,06	10,04	68	28,42	1,31	1,26	0,47	32,0	6,38

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Tabela 15

Municípios Paulistas em Situação Crítica segundo Critérios de Condições de Vida
Estado de São Paulo - Região Administrativa de São José dos Campos
1999/2001

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Estado de São Paulo	16,87	17,50	87	21,69	6,48	8,11	3,61	18,4	6,32
Aparecida	22,51	15,49	87	27,06	1,42	2,25	3,18	25,2	2,78
Arapeí	0,00	9,64	75	54,68	0,00	33,94	5,63	44,9	0,00
Areias	19,42	11,84	81	54,38	1,06	17,73	18,79	50,0	3,23
Bananal	5,77	12,42	71	35,48	0,28	17,19	5,26	36,2	1,92
Caçapava	15,41	21,74	88	24,29	2,67	4,33	4,37	19,6	3,70
Cachoeira Paulista	21,86	16,81	79	36,76	0,38	3,35	2,07	28,5	2,66
Campos do Jordão	23,78	10,73	75	18,19	1,83	15,84	12,70	17,9	2,12
Canas	15,38	14,36	63	37,27	0,65	28,29	16,41	34,5	0,00
Caraguatatuba	20,90	18,87	81	25,67	1,82	16,15	4,00	21,9	4,28
Cruzeiro	21,34	21,46	90	27,36	1,17	1,95	1,19	23,6	2,29
Cunha	24,98	9,67	65	61,64	0,66	9,83	4,80	49,9	2,00
Igaratá	15,41	10,90	70	30,34	1,51	43,19	24,23	32,0	6,82
Ilhabela	21,32	14,66	68	19,13	0,43	1,10	1,13	15,8	2,13
Itanhaém	37,31	7,56	68	49,09	0,00	9,42	9,88	39,2	0,00
Jacareí	21,31	22,07	90	20,81	1,46	5,46	5,42	17,9	3,26
Jambeiro	10,36	19,47	75	30,78	0,00	2,69	1,62	29,5	0,00
Lagoinha	22,12	14,89	74	46,59	0,00	14,32	3,47	45,6	2,56
Lavrinhas	8,31	16,23	71	38,18	1,62	11,67	2,28	34,5	6,06

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Desemprego	Taxa de Escolaridade	Participação de menores de 14 anos em famílias com renda de até 2 mínimos no total da faixa etária	Participação de domicílios inadequados no total de domicílios urbanos	Participação de domicílios com esgotamento sanitário inadequado nos domicílios urbanos	Participação de domicílios com abastecimento de água inadequado nos domicílios urbanos	Participação das famílias com renda de 0 a 2 mínimos no total das famílias	Participação dos óbitos por agressão nos óbitos gerais
Lorena	24,84	19,35	91	30,35	0,47	2,55	2,84	22,4	3,54
Monteiro Lobato	12,82	16,46	72	23,46	0,94	35,15	3,47	22,1	0,00
Natividade da Serra	13,29	7,55	53	46,27	0,00	2,16	1,36	44,8	0,00
Paraibuna	19,56	14,24	72	32,94	1,22	6,25	1,97	29,4	8,74
Pindamonhangaba	13,07	23,08	88	29,15	0,95	7,02	3,29	23,2	3,19
Piquete	20,06	20,77	92	28,75	0,51	15,93	2,27	24,6	2,56
Potim	28,25	19,42	79	37,97	2,17	15,25	17,51	32,1	2,70
Queluz	20,00	19,62	71	50,69	0,28	16,87	2,22	40,5	1,43
Redenção da Serra	22,35	14,30	68	47,04	0,00	16,16	18,32	43,3	0,00
Roseira	13,92	18,89	86	32,20	1,98	4,91	5,71	27,9	4,08
Santa Branca	11,15	19,14	78	24,39	1,76	11,07	14,53	28,0	2,47
Santo Antonio do Pinhal	21,80	6,93	70	24,29	1,44	16,69	17,05	28,1	2,94
São Bento do Sapucaí	6,74	9,37	72	37,46	0,00	21,45	1,55	34,3	4,29
São José do Barreiro	12,27	13,89	67	52,15	4,34	8,28	2,71	41,2	3,23
São José dos Campos	13,72	19,42	94	19,79	1,86	4,66	4,50	16,6	4,38
São Luís do Paraitinga	13,51	10,13	68	39,51	0,61	20,26	8,37	34,9	0,00
São Sebastião	19,41	15,86	71	20,50	2,36	18,51	29,91	19,1	5,96
Taubaté	16,63	18,24	92	21,40	0,83	2,91	2,07	17,6	2,84
Tremembé	10,46	15,42	83	25,59	0,27	5,36	7,18	27,3	5,71
Ubatuba	20,99	18,52	73	25,62	3,26	23,97	23,90	23,1	4,08

Fonte: Fundação SEADE

Obs. Os Municípios grifados em cor azul significam situações de risco para aquele indicador



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NEPP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Av. Albert Einstein, 1300

Campinas - SP - Brasil

CEP. 13083-852

TEL: (019) 3521-2495 / 3521-2496

FAX: (019) 3521-2140

Caixa Postal - 6166

E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br

Homepage: www.nepp.unicamp.br